



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 498 - 9 a 23 DE MAIO DE 2015 - R\$ 3,00

**Paraná: Brutal repressão do governo do PSDB sobre os professores em greve;
São Paulo: Professores enfrentam bravamente a intransigência de Alckmin**

**Contrapor-se com o método da ação direta
e a organização independente à
ofensiva da burguesia e seus governos
contra direitos, salários e empregos!
Organizar a greve geral!**

**Pela imediata libertação
de Jarlin Coca!
Pela imediata libertação dos
presos políticos no Brasil!**

Governo e justiça da Bolívia condenam e prendem Jarlin Coca. Seu crime: organizar o movimento estudantil e defendê-lo contra a ação policial. No Brasil, também temos estudantes processados e presos por participarem nos protestos. Lutemos contra a criminalização dos movimentos sociais.



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Contrapor-se com o método da ação direta e a organização independente à ofensiva da burguesia e de seus governos

Falta à classe operária uma política que a desperte para os retrocessos sociais e políticos em marcha. O País mergulhou na crise econômica e esta determina em última instância a nova etapa de relação entre a burguesia e os explorados.

Está claro que da estagnação se passa à recessão. O que significa uma retração em todos os setores da economia.

As nefastas consequências para os oprimidos são visíveis. As demissões ganham terreno e a taxa nacional de desemprego se eleva. O governo já não pode controlar os preços administrados, principalmente os combustíveis e a energia elétrica. Os monopólios procuram proteger seus lucros. Os bancos apertam o crédito. A gigantesca carga de juros e amortizações provenientes da dívida pública pesa brutalmente sobre o Orçamento Nacional. Por todos os lados, despontam os déficits. O custo de vida se eleva. Os capitalistas se tornam mais resistentes a repor as perdas inflacionárias. O governo federal passa a perseguir o “ajuste fiscal” (gastar menos, arrecadar mais e aumentar o superávit primário). As demais esferas – estados e municípios – se veem forçados a seguir as diretrizes gerais.

O desenvolvimento da crise ocorre em meio a realinhamento das forças sociais. A burguesia deve manter-se unida, uma vez que se trata de preservar o capitalismo. Mas os interesses particulares de setores e grupos econômicos são afetados. Emergem, portanto, as discrepâncias. As frações mais poderosas saem em campo para influenciar as medidas do governo.

A classe média – formada de muitas camadas – perde o horizonte. Bate em sua porta a insegurança. Os pequenos e médios capitalistas estremecem diante da redução de seus negócios e do custo elevado do dinheiro (juros mais altos). A camada em ascensão ao consumo pressente o perigo. Não têm como manter a escalada do crediário. As prestações pesam mais. Nasce o desespero. A vasta camada da pequena burguesia assalariada do funcionalismo é convocada a pagar com uma insuportável cota de sacrifício.

A classe operária vem recebendo o impacto da crise na forma das demissões. A indústria mais fecha postos de trabalho do que abre. A construção civil, grande empregadora, estagnou e tudo indica que irá retroceder. Com a crise da Petrobrás, milhares foram demitidos.

De conjunto, essa é a situação em que o País adentra.

As greves dos professores de São Paulo, Paraná, Pernambuco e Goiás enfrentam dura resistência dos governadores e prefeitos. A ordem das autoridades é cumprir o “ajuste fiscal”. Todos os esforços daqui para frente devem convergir para a obtenção do superávit primário e da sustentação da mega dívida pública. Essa é a meta determinada pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy. As greves devem ser derrotadas

uma a uma para que a nova política econômica se afirme e se imponha a toda a sociedade.

Os metalúrgicos da Mercedes Benz, de São Bernardo do Campo, voltaram ao trabalho mediante um acordo de suspensão das 800 demissões e aumento das indenizações via PDV. O que se espera é que sob pressão os operários da lista negra se dirijam ao RH e deponham sua carteira profissional. Pouco antes, a mesma manobra foi aplicada na Volkswagen. O descontentamento entre os metalúrgicos cresce, mas quem irá organizá-los unitariamente para a luta?

Em março, a classe média deu sinal de aversão ao governo de Dilma, saindo às ruas. Em abril, as manifestações foram menores, mas não deixaram de expressar os temores de suas camadas mais altas. Em contrapartida, as repostas da CUT e aliados não convenceram. Tratava-se de uma ação governista. No entanto, o dia 15 de abril despertou a atenção dos explorados pelo fato deste levantar a bandeira de luta contra a Lei da Terceirização (PL 4.330).

O 1º de Maio poderia culminar com uma grande mobilização unitária se estivesse voltado inteiramente para derubar o PL 4.330 e as MPs 664/665. Ao contrário, serviu ao governismo e ao oposicionismo burguês. No Rio de Janeiro, realizou-se um ato unitário, em cujo palanque se misturaram os governistas e os opositores de esquerda (CSP-Conlutas).

Não resta dúvida de que a crise política do governo Dilma e a ofensiva da oposição burguesa, apoiada na classe média, têm confundido os explorados. A CUT bloqueia, de um lado, em defesa do governo. A Força Sindical bloqueia, de outro, com a bandeira eleitoral do “Fora Dilma” e “impeachment”. Armou-se uma armadilha aos explorados em torno do golpismo e do contragolpismo, da democracia e da antidemocracia. Implantam-se, por essa via, as bandeiras burguesas da reforma política.

As massas ou são arrastadas pelas disputas interburguesas, ou resistirão no campo de classe contra os ataques dos exploradores. Caso as demissões continuem avançando, os salários perdendo capacidade de compra e a pobreza aumentando, as confusões e os desvios traçados pela política burguesa se chocarão com as tendências de luta dos oprimidos. A tarefa do momento consiste em esclarecer a confusão propagada pela disputa interburguesa, defender as reivindicações que unem os explorados, submeter à crítica o divisionismo burocrático, organizar o movimento de frente única contra as medidas antioperárias e antinacionais e propagandear a estratégia revolucionária do proletariado. A construção do partido marxista-leninista-trotskista é parte do desenvolvimento da linha política que possibilita ao proletariado combater a burguesia e organizar-se no terreno da independência de classe.

O caminho a percorrer

É necessário fazer uma ampla campanha de propaganda e agitação entre os explorados, denunciando a política de ajuste fiscal de Dilma/Levy e mostrando que somente é possível barrar os ataques à vida da maioria com greves, protestos e bloqueios. Toda tentativa de desviar esse percurso deve ser combatida. É o que vem ocorrendo com a bandeira contra o golpismo, que conclui apoiando o governo e exortando a miragem burguesa de reforma política.

No fundo, governo e oposição estão de acordo com o ajuste fiscal, superávit primário, pagamento dos juros da dívida pública e elevação da Selic. Também estão de acordo que as massas devem arcar com os efeitos da crise de superprodução, e o Estado deve proteger os capitalistas. As divergências são pontuais e setoriais, uma vez que a retração econômica, a desativação dos negócios, os excedentes de produção e a queda na taxa de lucro, inevitavelmente, afetam a burguesia, evidentemente mais a certos grupos econômicos que a outros. No fundamental, porém, a classe capitalista entende que Dilma - goste ou não de seu governo - deve ser apoiada em sua decisão de mudar a diretriz econômica, voltando suas baterias contra as condições de trabalho e existência da população trabalhadora.

A oposição liderada pelo PSDB não precisa arrefecer sua campanha de desgaste do governo petista. Pode perfeitamente jogar com a cassação de seu mandato ("impeachment"). O que não pode fazer é inviabilizar o Plano Levy. Evidentemente, há o imponderável em uma crise econômica em andamento que se converte em crise de governabilidade.

Em abril, depois de a segunda manifestação da classe média se mostrar menos vigorosa, a movimentação pelo "Fora Dilma" e "impeachment" se limitou às tentativas jurídicas de imputação da presidente. Lideranças do PSDB e do DEM, é certo, continuam escarafunchando para encontrar um motivo que oxigene a bandeira do impeachment e que traga de volta às ruas a classe média. Tudo indica que o tal do crime da "pedalada fiscal" não irá para frente.

Cada vez mais, os fatos em torno dos quais se montam uma crise política não passam de repetição. O governo do PT não tem feito outra coisa senão copiar as lições de bastidores dos governos burgueses anteriores. No final, as contas até aqui apuradas não permitiram ao PSDB e sua coalizão de direita burguesa reunir força política no aparato do Estado para reverter sua derrota eleitoral de outubro passado.

A decisão de entregar ao vice-presidente Michel Temer o comando da política deu um respiro a Dilma, que parecia prestes a se afogar nas ondas levantadas pelos adversários. A publicação do balanço da Petrobrás arrefeceu as pressões dos acionistas. Os empresários delatores estão sãos e salvos em suas mansões. O tesoureiro do PT pode muito bem ficar em cana, jurando inocência. A direção do partido fez sua parte, negando as acusações. Dilata-se o tempo das imputações contra mais de 50 parlamentares, entre eles os presidentes do Senado e da Câmara Federal de Deputados.

O Projeto de Lei 4330, da Terceirização, depende agora da vontade do Senado. Pode ali ficar em banho Maria. Renan Calheiros o usará como arma nas negociações políticas com o governo. Dilma não está empenhada na implantação da completa terceirização. Há riscos fiscais não bem equacionados. E a CUT, com o apoio de Lula, pressiona para que se breque o projeto.

Querendo ou não, o PL 4330 é identificado pelos assalariados como sendo do governo. Dilma nada fez para quebrar a manobra de Eduardo Cunha (PMDB). Poderosos grupos empresariais estão por trás da terceirização, entre eles o das multinacionais. O melhor para um governo bombardeado pela oposição foi deixar o PL tramitar e ao mesmo tempo dele se manter o mais afastado possível, não permitindo apenas que a carga tributária fosse afetada.

O fundamental para o ajuste fiscal são as Medidas Provisórias 664 e 665. Com a quebra de direitos trabalhistas e previdenciários, o ministério do Planejamento calcula economizar bilhões. Em vez de servirem ao au-

xílio-desemprego, à pensão por morte e ao abono salarial, servirão para compor o superávit primário, fixado em 1,2% do PIB, e pagar juros da dívida pública.

A questão agora é esta: aprovar no Congresso o ajuste fiscal. Para isso, o PMDB exige que o PT assuma suas responsabilidades. Foi muito fácil comparecer como minoria opositora ao PL da Terceirização, votando contra e propagandeando perante os explorados sua "vocaçã" popular. As MPs, distintamente, compõem o pacote fiscal do governo. Chegou o momento de todos os partidos se definirem. Armou-se uma negociação com as centrais e se fizeram alguns remendos, que certamente já estavam previstos pelos seus progenitores.

A Força Sindical apoiou sem reticências a Lei da Terceirização, já que não vinha do governo, mas tem se arvorado em crítico das MPs. A CUT rejeitou a Lei da Terceirização, pedindo que Dilma não a deixe passar, mas faz corpo mole diante das MPs. A Força Sindical está com "Fora Dilma" e "impeachment". A CUT, com apoio a Dilma e pela reforma política. Somente aqueles que não querem ver e os mentecaptos que se ludibriam com o espectro de um golpe iminente (os mais sagazes analistas acham que será um golpe militar). Perdem-se por trás das manobras interburguesas.

O certo é que, de um lado, a oposição impõe a terceirização; de outro, o governo, a quebra de direitos trabalhistas e previdenciários. Governistas e opositoristas atuam em pinça contra os explorados. Sim, está em marcha acelerada um golpe, mas é o golpe dos agentes da burguesia contra as massas. É contra esse golpe que os explorados têm de responder. Ou, então, pagarão um preço alto por se sujeitarem às direções burocráticas.

É dever da vanguarda revolucionária trabalhar para que isso não aconteça. Bastou um chamado a manifestações unitárias contra a Lei da Terceirização, em 15 de abril, pela CUT, para que se evidenciasse a disposição de luta. A CSP-Conlutas/PSTU levantou a bandeira de greve geral. As condições foram caminhando para um movimento geral. A direção da CUT ameaçou convocar a greve geral. Mas o fez como meio para negociar com o governo e com a camarilha parlamentar alterações nas medidas antioperárias. Não organizou seriamente a classe operária para impedir a votação pelos deputados.

Diante do fato de Renan Calheiros frear o trâmite no Senado, a CUT se recolheu. A Força Sindical, por enquanto, perdeu a iniciativa no Congresso. A questão, agora, é se a CUT vai capitular definitivamente diante das MPs 664/665. É praticamente certo que a Força não irá tomar a frente para barrar sua aprovação. Como vimos, todos os partidos estão pelo ajuste fiscal. Somente uma poderosa pressão das bases operárias e populares poderá mudar o rumo dos acontecimentos.

Existem tendências de luta. É o que têm demonstrado as inúmeras greves. O POR procura alimentá-las, apesar de sua pequena força social. Uma linha política justa, com uma militância aguerrida, poderá confluír com o despertar da classe operária.

Em resumo, é preciso: **1. Rechaçar as manobras da burocracia de apoio ao governo burguês, antipopular e antinacional de Dilma (PT/PMDB);**

2. Denunciar a direita sindical que serve abertamente ao grande capital;

3. Propagandear e agitar a bandeira de derrubada nas ruas da Lei da Terceirização e das MPs 664/665;

4. Exigir que os sindicatos e centrais rompam com o governo e com a burguesia e constituam uma frente única sindical em defesa das conquistas trabalhistas;

5. Exigir que a CSP-Conlutas e a Intersindical convoquem uma plenária nacional aberta para organizar um movimento unitário e impulsionar a política de frente única dos explorados;

6. Trabalhar para que os sindicatos, organizações populares e estudantes realizem assembléias com o claro objetivo de quebrar a ofensiva antioperária e responder as demissões em massa.

O que significa a bandeira “Com os direitos, contra a direita”

A burocracia a CUT, provavelmente, não imaginava que chegaria o momento em que o governo do PT ficasse inteiramente despedido diante dos explorados. E que a conciliação de classes fosse exposta como traição às necessidades mais elementares dos assalariados. Mas esse dia chegou.

É claro que não se trata de uma primeira traição. Lula fez muito a favor dos capitalistas. As alterações na Previdência foram uma das demonstrações de que o governo petista administrava o Estado de acordo com os interesses do capital. A diferença está em que Lula tomava medidas antioperárias em uma situação econômica que podia minimizar a traição.

Dilma Rousseff, com a MP 665, aumenta tempo de trabalho para se ter o direito ao pedido do auxílio-desemprego, o direito ao abono, etc., isso quando crescem as demissões e os salários perdem capacidade de compra. Lula assumiu o governo em uma situação instável que caminhava para a estável. Sua sucessora assumiu o primeiro mandato quando a turbulência econômica estava se formando e, agora, no segundo mandato, tomou grande proporção. Justamente quando o governo que se diz popular e que na presente situação tem de mostrar aos explorados tais virtudes propagandeadas faz o oposto. Assim, cai-lhe a máscara.

A burocracia sindical cutista que catequizou os trabalhadores com a reza do fim da miséria, do pleno emprego e da distribuição de renda sente o teto desabar e o chão tremer. Dilma faz qualquer coisa para estabilizar seu governo e chegar ao fim do mandato. O PT e a burocracia por ele responsáveis se desorientaram. Necessitam defender seu governo dos ataques da oposição, ao mesmo tempo em que não têm como justificar sua política econômica perante a classe operária. Precisam dizer aos trabalhadores que não estão de acordo com as MPs 664 e 665, mas que é preciso defender o governo da direita que quer o impeachment. Daí inventarem a bandeira “com os direitos, contra a direita”.

A “direita” (PSDB e aliados) foi alçada como espantalho. A burocracia sindical petista não está de fato contra o ajuste fiscal e as consequentes medidas anti-operárias. Se tivesse, teria organizado os explorados para derrubar nas ruas as MPs. Não fez nada no dia da votação da MP 665. A Força Sindical que está alinhada com o PSDB fez um teatrão na galeria e corredores da Câmara Federal. Isso depois de ter apoiado o Projeto de Lei 4330, da terceirização. Nesse caso que não envolvia diretamente o governo, a CUT fez um protesto, inócuo, mas fez.

Os explorados mal sabem o que vai acontecer com suas vidas. As burocracias de esquerda (CUT) e de direita (Força) não deixam que a verdade chegue nos locais de trabalho. Cada fração ao seu modo, serve de filtro político aos brutais ataques desfechados pela burguesia e pelos governos, a começar pelo governo federal. A burocracia centrista (CSP-Conlutas, mais à esquerda e a Intersindical, mais à direita), por sua vez, tem se

mostrado incapaz de combater no seio dos explorados as manobras dos governistas e dos oposicionistas.

Nota-se que a luta interburguesa arrasta as centrais e sindicatos, perfilando-os por trás dos governistas ou dos oposicionistas. A bandeira “com os direitos, contra a direita” se traduz “com os direitos, com Dilma”. O absurdo da bandeira é flagrante. O que quer dizer, na prática, que se reduz ao apoio a Dilma contra a ofensiva de setores da oposição que pretendem desembainhar o “impeachment”.

De fato, a CUT não pode defender os direitos dos trabalhadores quando seu governo tomou a iniciativa de golpeá-los. Todos aqueles que se alinharam em defesa do governo contra o golpe iminente contribuíram para as manobras e as confusões que obscurecem a consciência dos explorados.

A direita aproveita a virada política de Dilma. É de seu interesse mostrar que o PT que atacou o governo de Fernando Henrique Cardoso de neoliberal e que na campanha eleitoral jurou que não se voltaria contra os direitos trabalhistas é um farsante. Não porque está a serviço da burguesia, mas porque fez o contrário do que disse aos explorados para vencer as eleições.

Sem dúvida, há uma fração da oposição partidária, da direita empresarial e da classe média que considera que a melhor saída para a crise é o governo naufragar. Se o plano concebido pelo ministro Joaquim Levy se firmar, a oposição não terá muito o se que fazer. Essa fração decidiu jogar alto atacando as MPs. Faria o mesmo e muito mais, mas nem por isso pode deixar de exercer a oposição.

Não há, porém, entusiasmo na oposição de conjunto pelo “impeachment”, mas há uma grande esperança de que o PT está próximo de perder o poder para o PSDB e sua aliança nas próximas eleições. Esse é o quadro político real.

A desorganização da classe operária e seu controle pela burocracia de esquerda e de direita – de conjunto, pró-capitalista – permitem que se faça uma ofensiva tão grande contra suas condições de existência. E que se possa manobrar com conceitos destituídos de valor real e de conteúdo de classe como os de “esquerda” e “direita”.

A proposição de salvar um governo burguês que serve ao capital financeiro e ataca os oprimidos dos perigos da direita é reacionária. A bandeira da CUT “com os direitos, contra a direita” é falsa, portanto, reacionária. A bandeira que corresponde à situação é de pôr em pé uma Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma, cujo conteúdo dado pela situação é o de quebrar a nas ruas a ofensiva da burguesia contra a classe operária, os demais oprimidos e a juventude. O POR rechaça veementemente as falsificações da burocracia sindical. Luta por organizar o movimento operário independente e revolucionário – única via de combater a burguesia decrépita e criar as condições para a revolução social.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

A falência do PT

A política burguesa do PT está sendo exposta aos olhos dos explorados. A crise econômica e política estreitaram as margens de manobra. Ou o governo Dilma Rousseff assume as exigências do grande capital, ou se desmorona completamente. A desmoralização do PT comprometido até a alma com o financiamento das empreiteiras e com a corrupção na Petrobrás facilitou as pressões do capital financeiro para que seu governo aplique um plano nitidamente anti-operário e antipopular.

O PSDB aproveitou o escândalo e a aversão da classe média a Dilma para pendurar-lhe sobre a cabeça a espada de Dâmocles – o “impeachment”. Um setor do PMDB deu-lhe um ultimato, ou vocês do PT nos entregam a condução política do governo, ou abandonaremos o governo a sua própria sorte. É sabido que o impeachment depende dos peemedebistas. Armou-se um golpe interno à base aliada: Dilma destituiu seu articulador político e concentrou as suas funções na vice-presidência, exercida por Michel Temer.

A questão é a seguinte: Dilma depende da implantação do plano de ajuste fiscal (economizar e arrecadar mais para sustentar a gigantesca dívida pública) para sobreviver. Quem o elabora não é o governo do PT, mas um representante do capital financeiro, o Sr. Joaquim Levy, trazido por Dilma para cumprir uma função que nenhum petista estava apto a exercê-la. O ministro da Fazenda Guido Mantega foi destituído por Dilma – esse sim um petista – em péssimas condições. Foi execrado como responsável pelo aprofundamento da crise. Joaquim Levy aceitou a missão caso Dilma lhe conferisse autonomia e o isolasse dos “conselhos” petistas.

Antes de o ministro tomar posse, Dilma o presenteou com as Medidas Provisórias 664 e 665. Indicou que a mudança de política econômica era para valer. A política tem suas leis. Uma delas é de que diante da crise econômica o Estado deve proteger a burguesia e sacrificar ainda mais os explorados. O PT que é responsável pelo governo diante dos explorados não tinha outra alternativa. Seu ministro Mantega mostrou os limites da ambígua política que com uma mão favorece a determinados setores da burguesia, e com outra distribui migalhas aos miseráveis e atende aos interesses particulares de uma camada da aristocracia operária metalúrgica. Caiu de seu posto quando a recessão se tornou visível, a inflação forçou passagem, o déficit fiscal se tornou perigoso para os credores, as multinacionais que receberam estímulos já não podiam manter os empregos, etc.

Com a experiência de Mantega, na Fazenda e Coutinho, no BNDES, se esgotou a linha do “desenvolvimentismo nacional com distribuição de renda”. Todo palavreado contra o neoliberalismo veio abaixo. A dupla representava a esquerda econômica em referência à direita neoliberal, francamente pró-imperialista. A crise econômica mostrou que se trava de diferenças de grau, de variantes, e não de essência.

Lula já havia demonstrado no primeiro ano de seu mandato que não havia uma linha intransponível entre os “nacionais desenvolvimentistas” e os “neoliberais”. Passada a turbulência inicial e retornado o ciclo de crescimento, os petistas puderam se vangloriar como consistente esquerda econômica, capaz de levar adiante uma grande transformação do País por meio do “desenvolvimento sustentável com distribuição de renda”.

Em 2008, a crise iniciada nos Estados Unidos indicou que era a mais severa do pós-guerra. O espaço para as experiências “anti-neoliberais” se fechou. Todos os governos que se ergueram, com mais ou menos vigor nacionalista, na América do Sul, se depararam com a inviabilidade de suas políticas de esquerda burguesa – o caso mais distintivo é o da desintegração do chavismo, na Venezuela.

A capitulação do PT é claríssima. Ao votar as MPs, os petistas assumiram que o seu governo deve atacar os assalariados para proteger os interesses dos credores, dos parasitas. Nove deputados faltaram à votação e um votou contra. Cinquenta e quatro aprovaram a primeira fase do ajuste fiscal. A maioria dos faltosos fugiu à responsabilidade de manifestar-se contrário ao seu governo. A apertada vitória (252 a 227) se deveu às pressões do PMDB, sob a chefia de Michel Temer. Nem mesmo a base aliada votou em sua totalidade com o governo. O PDT que ocupa o ministério do Trabalho abandonou Dilma. Se não fossem quase vinte votos de opositores (DEM, PSB, PV), a MP 665 corria o risco de não ser aprovada.

O PSDB está totalmente de acordo com o ajuste fiscal – é o que faria – e com a via de ataque aos explorados, mas se colocou por manter-se na oposição e tripudiar os petistas e seu governo, sem que essa atitude lhe trouxesse qualquer prejuízo político perante a burguesia. O episódio da MP 665, portanto, mostrou que o governo Dilma está nas mãos do PMDB e do PSDB, dois dos maiores partidos da burguesia, que já foram aliados e que por disputa de poder se acham circunstancialmente na situação e na oposição.

O PT se transformou em um brinquedo dos interesses e da política burguesa. Mas continua a controlar por meio de seu braço sindical cutista uma grande parcela da classe operária. Esse poder ainda lhe confere apreço por setores da burguesia nacional e internacional. Está aí por que a bandeira reacionária de extinguir o PT, levantada por alguns parlamentares do PSDB e do DEM, foi desqualificada, por luminares do próprio PSDB, como antidemocrática. Mas basta essa menção, como a que fez o líder do PSDB na Câmara dos Deputados, em uma das sessões da CPI da operação Lava Jato, para se ter noção de quanto o PT caiu na escala da política burguesa.

Era previsto o fracasso do reformismo petista e a sua total adaptação ao grande capital. Muitos acreditaram que o PT poderia mostrar muitas fraquezas diante das pressões objetivas da economia e das mais poderosas frações da burguesia, mas não admitiam que acabaria concluindo como instrumento do capital financeiro. Há ainda quem não acredita – mesmo com todas as evidências – que o PT e seu governo estão em posição de ataque às conquistas elementares do proletariado. E insistem que é preciso defender Dilma contra um golpe da direita, como se o seu governo não tivesse assumido a política econômica da direita burguesa.

Nossa luta consiste em defender a independência política da classe operária perante todas as variantes da política burguesa. E isso se faz levantando as reivindicações próprias dos explorados, que na situação se chocam diretamente com o governo do PT e dos demais partidos no âmbito estadual e municipal. O POR se guia pela bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff (PT/PMDB).

A unidade grevista é a via para derrotar a política dos governos

A descrição que fazemos abaixo mostra o descontentamento generalizado de um setor do funcionalismo. Evidencia a repressão policial no combate aos grevistas. Expõe o autoritarismo de governadores e prefeitos diante das justas reivindicações. Retrata as campanhas mentirosas da imprensa vendida. Revela a submissão da Justiça, criminalizando as greves. E traz à tona as leis antigrevistas. São lições que os trabalhadores devem extrair desse enorme levante grevista que tomou conta de vários estados. No entanto, não podemos deixar de lado a ausência de uma direção centralizada, que fosse capaz de transformar as greves que surgem isoladamente nos estados e municípios em greve geral da educação. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), dirigida pela política do PT, não pode cumprir esse papel. Está aí por que se limitou a convocar um dia de paralisação (30 de abril). Daí a importância da construção de uma direção classista, revolucionária, para conduzir os sindicatos, as centrais e a CNTE.

Paraná

Os professores estaduais do Paraná realizaram uma combativa greve de 29 dias. Ocuparam a Assembleia Legislativa, em 9 de fevereiro, impedindo a votação do projeto do governador Beto Richa/PSDB de mudança na previdência. Mas o movimento foi suspenso sem nenhuma garantia de que o projeto fosse retirado. A promessa do governador de negociar com o sindicato serviu tão somente para preparar a investida de aprová-lo em caráter de urgência. Diante da retomada da ofensiva de Richa, os professores retomaram a greve.

Para a aprovação da medida, o governador cercou a Assembleia Legislativa e desfechou brutal violência sobre os manifestantes. Foram mais de 200 feridos. Com balas de borracha, gás pimenta, cachorros, cassetetes, bombardeios de helicópteros e prisões de manifestantes, a Assembleia Legislativa votou o projeto. O ataque do PSDB foi combatido pelos trabalhadores em várias partes do país, inclusive desencadeou denúncias internacionais.

Na assembleia de 5 de maio, milhares de professores decidiram pela continuidade da greve. A luta dos professores contra as mudanças na previdência depende da unidade grevista do funcionalismo estadual. As ações judiciais contra as alterações não têm força para derrubar tamanho ataque do governador. A justiça condenou a greve, exigiu a volta ao trabalho e puniu o sindicato. Trata-se de uma justiça patronal.

São Paulo

Os professores da rede estadual estão em greve desde 13 de março. Têm realizado grandes manifestações de rua e bloqueios de rodovias e avenidas. Reivindicam 75,33%, o que equivale ao piso de R\$ 4.200,00, elevando o valor da hora-aula para cerca de R\$ 20,00; o fim das contratações precárias (duzentena ou quarentena); a abertura das 3.390 salas de aula fechadas e a redução do número de alunos por sala (máximo de 25 alunos).

O governador Geraldo Alckmin/PSDB utiliza os meios de comunicação e as associações vinculadas ao magistério (CPP, Udemo, etc.) para combater a greve e o sindicato (Apeoesp). Faz campanha mentirosa de que já concedeu 45%. Na verdade, no seu mandato anterior, parcelou os reajustes e incorporou gratificações. Portanto, o reajuste concedido sequer cobriu a inflação do período.

Apesar da combatividade do setor mais avançado e politizado

dos professores em luta, não foi possível romper a camisa de força do isolamento imposto pela burocracia sindical do funcionalismo estadual. O governador se apoia nesta situação para justificar sua inflexibilidade. A greve assim chega ao momento decisivo, depois de 55 dias. Ou quebra o isolamento e avança nas mobilizações massivas e nos bloqueios, ou corre o risco de perder força. O sintoma que indica o impasse está no fato da direção do sindicato/PT recorreu à Justiça, procurando a via da conciliação. Por esse caminho, os professores não alcançarão as reivindicações.

Essa greve gerou um contingente de jovens professores combativos, que lhe deram vida e força política. Obrigou a burocracia sindical a aceitar os métodos mais radicais, que são as grandes marchas e os bloqueios. É fundamental para o movimento não se colocar na camisa de força da justiça burguesa. Nada de conciliação! Impulsionar a greve de massa!

Alagoas

Os trabalhadores de educação da rede municipal iniciaram a greve em 22 de abril. Reivindicam 13,01% de reajuste salarial. O prefeito diz que apresentará uma proposta no dia 13 de maio. Em assembleia, a decisão foi a de esperar em greve a posição do prefeito Rui Palmeira/PSDB.

Betim

Os professores da rede municipal de ensino de Betim/Minas Gerais entraram em greve no dia 28 de abril. O movimento iniciou com a decisão do prefeito de não conceder o reajuste salarial e anunciar alterações na Previdência.

Tornou-se regra geral, por parte dos governos, não repassarem a cota-parte à Previdência, causando déficits incalculáveis. É o que ocorre com a Previdência Municipal de Betim. A saída dos governantes são as "reformas" no sistema previdenciário, retirando direitos dos servidores. Há notícias de que o prefeito alterará as regras para a obtenção do auxílio-doença, aumento do tempo para a sua concessão (hoje de 15 dias para 30 dias) e redução do salário do servidor considerado incapacitado (hoje o salário corresponde a sua última remuneração mensal).

Pernambuco

Os professores da rede estadual iniciaram a greve em 10 de abril. Lutam por assegurar os direitos do Plano de Carreira, contra a demissão dos contratados e por reajuste salarial. Estão cobrando o cumprimento da Lei do Piso Salarial, que prevê o reajuste de 13,01%, portanto R\$ 1.917,78 para todos os professores e não só para os de nível médio, conforme aprovado na Assembleia Legislativa em março. Denunciam que essa aprovação contempla apenas 10% dos professores.

O governador Paulo Câmara/PSB exigiu que o Tribunal de Justiça decretasse a ilegalidade da greve e impusesse uma multa de R\$ 80 mil reais diários. Os grevistas não acataram, demonstrando que a justiça serve à burguesia e a seus governos.

Piauí

Os vigias, merendeiras e zeladores da educação realizaram uma greve de oito dias. Exigiam 13% de reajuste. Estão há quatro anos sem correção salarial. As condições são miseráveis. Como diz um

dos vigias: “estamos pagando para trabalhar”. Depois de uma semana, os servidores aceitaram o reajuste proposto pelo governo: parcelamento dos 13% (em maio serão pagos 9%, em outubro, 2% e em dezembro, 2%). Se os trabalhadores da educação não reagissem com a greve, não teriam sequer o mísero 13%.

Pará

Os trabalhadores da educação iniciaram a greve em 25 de março. Ganhou grande adesão nos municípios do interior, onde as condições de trabalho são extremamente precárias: escolas alagadas, reformas incompletas, falta de merenda, etc. Com salários miseráveis, os professores assumem jornadas de mais de 220 horas mensais. Mas, o governo impôs a regência de 150 horas mensais. Isso implica a redução salarial para os professores que há 20 anos estão com a carga de 280 horas. A limitação em 150 horas tem como objetivo a ampliação dos contratos temporários/precariados.

O governador Simão Jatene/PSDB não cumpre a Lei do Piso. A pressão da greve obrigou o governador a dizer que pagará a correção do Piso Nacional (13,01%), mas o período retroativo (janeiro-abril) será parcelado. A experiência de 2011 com o parcelamento a conta-gotas até 2013 ainda permanece viva. A luta dos professores é para a redução da jornada, sem reduzir os salários e reposição de todas as perdas.

Amapá

Os trabalhadores da educação de Macapá (AP) estão em greve, reivindicando o cumprimento do Piso Nacional e melhorias nas condições de ensino e trabalho.

O prefeito, Clécio Luís/PSOL, dizia na campanha eleitoral que era a favor da Lei do Piso. Agora, se volta contra os grevistas, acusando-os de “aliados da direita”. Age como os demais governantes para criminalizar o movimento grevista. É bom observar por meio da experiência que os reformistas são pródigos em palavreados sobre a democracia e os direitos, mas quando ocupam um cargo no Estado fazem o mesmo que qualquer um dos partidos da burguesia.

Paraíba

Os professores estaduais permaneceram em greve por um mês, encerrando-a no dia 30 de abril. Reivindicavam 13,01% de reajuste salarial, piso salarial na integralidade, regime de trabalho T-30 para todos e eleição dos diretores de escolas.

O governador Ricardo Coutinho, ex-PT e agora PSB, ordenou que o Tribunal de Justiça decretasse da ilegalidade da greve no dia 24 de abril. O ponto foi cortado. A assembleia não foi unânime na suspensão da greve. A regional de Campina Grande se manifestou contra.

Goiânia

Os trabalhadores de educação de Goiânia aprovaram a greve no dia 14 de abril. Exigem que o prefeito cumpra as promessas de pagamento do piso retroativo a 2014, a data-base e a manutenção de direitos trabalhistas, que foram retirados.

Na manifestação ocorrida no dia 23 de abril, o prefeito ordenou que a Guarda Municipal arrancasse os grevistas da prefeitura com gás de pimenta, socos, pontapés, cassetetes e armas de choque. A repressão vem sendo denunciada em todo o país. Diante da repercussão, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás reconheceu a legalidade greve e determinou a abertura de negociação entre o prefeito e o sindicato. Mas não saiu do papel.

Goiás

Os servidores estaduais aprovaram a “Operação Tartaruga” diante da medida do governo de parcelar os salários. O pagamento seria feito em duas vezes até o final do ano. A primeira parcela seria depositada até o último dia útil do mês trabalhado, enquanto a segunda, no quinto dia útil do mês subsequente. Certamente, a tal “Operação Tartaruga” não demoverá a ofensiva do governo. Terão de recorrer à greve para assegurar o pagamento do salário.

Santa Catarina

Os professores entraram em greve diante da intransigência do governo, que pretende alterar o Plano de Carreira, cortando direitos. Publicou uma medida provisória que modifica a remuneração dos ACTs, retirando a regência de classe e criando o “prêmio” chamado de “Incentivo à sala de aula” e enviou para a Assembleia Legislativa para a aprovação. Esta medida impõe a terceirização dos temporários, que passam a ser contratados como horistas, como prestadores de serviço.

Diante a greve, o governo recuou temporariamente dessa medida provisória (MP198). Mas os professores se mantiveram em greve exigindo a garantia de direitos contidos no Plano de Carreira.

Conclusão

O quadro grevista na educação pública, em vários estados e municípios, mostra o quanto os professores e funcionários foram empurrados para a pobreza. Mostra o fracasso da política educacional que promete elevar a qualidade da aprendizagem e o nível cultural da juventude. Mostra, também, que no capitalismo decadente não há como realizar qualquer mudança progressiva no sistema educacional. Chega-se ao absurdo não só de não se cumprir a Lei do Piso Nacional, que sequer alcança metade de um salário mínimo vital, como também de se pretender quebrar direitos elementares, a exemplo das aposentadorias.

A educação, a saúde e a habitação, de conjunto, refletem a barbárie social do capitalismo. Os trabalhadores da educação se lançam constantemente à luta para manter o mínimo necessário à sua existência. A sua fragmentação nacional, sustentada pela direção da CNTE, a cada jornada de luta se revela como um grande obstáculo para as conquistas e para a elevação política dos trabalhadores. Certamente, esse não é um problema particular dos professores. O sindicalismo burocrático vem barrando a unidade política e organizativa da classe operária e dos demais setores assalariados. Justamente quando há quase uma greve nacional na educação pública, o governo e o Congresso impõem leis que destroçam conquistas trabalhistas e previdenciárias elementares. A maioria dos grevistas não sabe o quanto suas reivindicações dependem da política geral que se desenvolve a partir do governo federal e se espalha pelos estados e municípios. Mais importante ainda: desconhece que a inflexibilidade dos governantes e a sua atitude policial diante das greves correspondem ao capitalismo em crise e decadente. A ausência de uma direção revolucionária não lhes permite avançar a compreensão política e a assumir a estratégia do proletariado de destruição da sociedade de classe. Se se parte das reivindicações elementares e não se luta contra o poder burguês, não há como impor derrotas à burguesia. Está colocada a tarefa de construir uma fração revolucionária no seio da educação que vincule seus trabalhadores ao proletariado.

Nossa luta pela vitória das greves não se resume a alcançar alguns pontos a mais nos salários. Mas dar passos na organização independente e revolucionária dos explorados.

Paraná: Greve é a resposta do funcionalismo ao massacre

A greve dos servidores públicos que havia sido suspensa com a expectativa dos principais sindicatos negociarem detalhes da lei que altera o regime previdenciário retomou com toda força, após a brutal repressão dos dias 28 e 29 de abril.

A truculência do governo, que desprezou até a boa disposição das burocracias sindicais, empurrou os servidores – principalmente professores da rede e universidades – a se manifestarem diante da Assembleia legislativa e a tentarem repetir a ocupação de fevereiro. Estava claro a todos que só havia uma forma de barrar a expropriação do fundo previdenciário: a intervenção física dos servidores na Assembleia.

Durante a sessão legislativa, que transcorreu enquanto as bombas e as balas de borracha eram despejadas sobre os professores, explicitou-se que o Fórum das Entidades Sindicais (18 sindicatos de funcionários estaduais) colaborou na elaboração do Projeto de Lei. O líder do governo pontuou os artigos “sugeridos” pelo Fórum que constavam da lei. E o líder do PT teve de “justificar” o seu voto de rejeição à Lei, embora tenha “negociado” arduamente e inserido várias emendas.

O fundamental, no entanto, é que a postura de colaboração com o governo em troca de migalhas levou os sindicatos do Fórum a desmobilizar a luta e preparar a derrota. Só nas vésperas da votação, quando o governo desprezou a colaboração das burocracias, estas resolveram chamar novamente a mobilização e tentar ocupar a Assembleia.

Ocorre que o governo estava disposto a tudo para arrancar os recursos de que precisa, como os pulmões que precisam do ar. Não mediu as consequências políticas e golpeou os manifestantes numa operação de guerra. A ação foi típica de um Estado policial: a tropa de choque investiu contra grevistas – professores e servidores desarmados e alguns estudantes de universidades que se uniram à luta.

Derrota do governo

Além da ação militar, o executivo teve de se apoiar no judiciário que determinou o esvaziamento das galerias e deu proteção jurídica à operação militar. Contou também com a conivência do Ministério Público e a corrupção do próprio legislativo para garantir os 31 votos. Uma frente ampla do poder político paranaense que ficou abalada pela dimensão da repressão contra um protesto essencialmente pacífico. Tão abalada a ponto de o governo ficar sem apoio para defender a farsa de que teriam agido contra grupos de *black blocks*.

Embora conseguisse aprovar a lei, o governo do PSDB saiu profundamente enfraquecido. Desmoralizado perante o funcionalismo e a população do Estado que tem aproveitado jogos de futebol nos estádios e até sessões artísticas no Teatro Guaíra para gritar “Fora Beto Richa”, em todo o Estado. A imprensa internacional noticiou e continua noticiando a operação de guerra como uma ação de força desproporcional. O próprio PSDB se viu obrigado a se afastar a responsabilidade. Se não fossem alguns de seus próceres – Aloysio Nunes Ferreira e Cássio Cunha Lima – a justificar a medida de força, o governador teria ficado completamente isolado. A OAB, CNBB, Ministério



Público e até de sua base parlamentar que, mesmo votando com ele, reconheceram que o governador perdeu o norte.

Imediatamente depois do brutal ataque, instalou-se uma crise no núcleo repressivo do governo. O Secretário de Segurança procurou empurrar à PM a responsabilidade e esta, desacatando o secretário, denunciou a público que ele havia participado de toda a operação. No dia 7 o comandante da PM foi exonerado, mas persiste a insatisfação da tropa e dos oficiais. Vale ressaltar que numa outra frente, parentes e amigos muito próximos do governador estão presos ou são investigados por corrupção e por pedofilia, o que agrava a crise política.

Nesse cenário, a secretaria de administração e previdência chamou os sindicatos para dizer que sequer a reposição integral da inflação passada estava garantida para o mês de maio – data base do funcionalismo. Foi o suficiente para que horas depois, a APP, o sindicato dos professores da rede estadual decretasse a greve geral por tempo indeterminado. Algumas universidades já estavam em greve e continuam e as que não estavam, decretaram a greve por tempo indeterminado, unindo a exigência da reposição integral com a exigência de anulação da lei e castigo aos responsáveis pelo massacre.

Entra-se agora numa fase mais aguda do enfrentamento em que o funcionalismo, percebendo a crise política, resolveu avançar com a greve. No caso da APP, foi a base que exigiu a greve, pois a direção havia encaminhado pelo encerramento e só retomar no final do mês. Contudo, embora exista uma disposição unânime do funcionalismo para derrotar o governo e arrancar as reivindicações, que noutra circunstância seria muito mais dura, permanece o grande perigo da inexistência de um comando estadual unificado.

A ausência deste comando permitiu à APP encerrar a greve num momento inoportuno arrastando os outros setores. Também impediu durante as jornadas de 27, 28 e 29 de abril a coordenação e preparação da resistência e autodefesa diante do ataque policial que já se havia anunciado.

Nas bases, nas assembleias das universidades e reuniões das regionais da APP já se manifesta a tendência de se constituírem coordenações regionais dos vários setores em luta. Atos conjuntos, panfletagens conjuntas já se estão realizando nas últimas semanas. Esta tendência tem de se materializar no plano do Estado, constituindo um Comando Estadual Unificado para golpear com toda a energia necessária e também preparar a resistência. Esta tem sido a posição do POR no movimento.

**Paraná: Brutal repressão do governo do PSDB sobre os professores em greve;
São Paulo: Alckmin dá de ombros aos 50 dias de paralisação docente**

Organizar a greve geral para por abaixo as medidas de cortes de direitos, arrocho salarial e desemprego dos governos e dos capitalistas!

No Paraná, o governador Beto Richa, do PSDB, lançou a polícia sobre os grevistas que protestavam em frente à Assembleia Legislativa. Em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin, do PSDB, desconhece a greve de 50 dias e espera derrotá-la pelo cansaço. Tem procurado não confrontar as gigantescas manifestações e não impedir com violência aberta os bloqueios de ruas e avenidas. A diferença entre um e outro governador do PSDB é de conveniência política do momento.

Ocorre que os professores paranaenses realizaram uma extraordinária greve ativa, com massivas manifestações que contaram com apoio popular, e ocuparam a Assembleia Legislativa, em 9 de fevereiro, impedindo a votação do danoso projeto de previdência. Depois de 29 dias, a direção do movimento aceitou um acordo, mas sem nenhuma garantia de que o projeto de lei que altera a forma de financiamento da ParanaPrevidência seria retirado.

A manobra de Beto Richa permite ao estado economizar milhões à custa dos trabalhadores e põe em risco o sistema previdenciário. A greve foi suspensa no dia 9 de março (havia se iniciado em 9 de fevereiro). A promessa de negociar as alterações serviu tão-somente para o governador se livrar do combativo movimento e, nos bastidores do executivo e do legislativo, dar continuidade ao projeto.

A direção sindical não teve outra saída a não ser reconvocar a greve neste final de abril. Superada a surpresa de fevereiro – o grandioso movimento pegou o governador e parlamentares desprevenidos –, Beto Richa, desta vez, montou um forte cerco policial à Assembleia Legislativa. Enquanto lá fora os manifestantes eram golpeados com bombas, gás pimenta, balas de borracha e ataques de cães, na Assembleia, os deputados votavam o projeto.

Não há nada de surpreendente nessa conduta policial do governador do PSDB e dos deputados que lhe servem. Segundo o próprio governador, a decisão de economizar milhões à custa dos funcionários responde à necessidade do ajuste fiscal, de iniciativa do governo federal, que é de responsabilidade do PT. O mesmo argumento é utilizado por Geraldo Alckmin, em São Paulo, variando apenas o tom e a forma. Segundo as autoridades burguesas, os professores deverão dar sua contribuição renunciando à recomposição das perdas e ao aumento real dos salários.

Há quem se surpreenda com a atitude do governador de permitir que as grandes manifestações e bloqueios prossigam sob a vigilância da polícia. Mas à primeira tentativa de ocupação da Secretaria da Educação, lá estava a tropa de choque com sua truculência habitual. Se os grevistas radicalizarem os métodos de luta, o governador porá suas garras de fora. E se não se radicalizarem, a greve será derrotada.

A fração paralisada e mobilizada é significativa, mas o governo conta com a fração conservadora que desde o início

não acatou a decisão da assembleia. Qual têm sido, então, os obstáculos em São Paulo? Em primeiro lugar, a dificuldade do movimento de quebrar a resistência da parcela que sabota a greve. Em segundo, a traição das direções do funcionalismo que ficou do lado do governo. Em terceiro, a incapacidade da direção nacional dos professores de ensino público – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) – em organizar a greve geral.

Estamos no começo do ano e os professores em dez estados já fizeram greves. No Pará, Santa Catarina e Pernambuco, a educação estadual está parada. Os docentes municipais também estão descontentes com a situação e protagonizaram inúmeras greves. Não é de hoje que os governadores e prefeitos se mostram inflexíveis diante das reivindicações salariais. A maioria não aplica a lei do piso salarial. Sem exceção, alegam que têm de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que em sua essência prescreve as normas para que estados e municípios tenham superávit fiscal para pagar suas dívidas com a União e esta, com os banqueiros, fundos e toda sorte de agiotas.

O Banco Central acabou de elevar a taxa Selic para 13,25%. O que quer dizer que os aplicadores receberão mais pelos seus títulos públicos, a dívida pública se elevará e os governos das três esferas atacam ainda mais os salários, os empregos e os serviços sociais (saúde, educação, etc.) Mais de 40% do Orçamento da União são destinados para o pagamento de juros e amortizações. Aqui se encontra o grande obstáculo ao movimento grevista. Os governos, sejam da situação, sejam da oposição, atuam unidos contra as reivindicações do magistério, da saúde, enfim, de todo o funcionalismo.

Por detrás da tropa de choque do Paraná, está o governador Beto Richa, por trás dele está o governo federal e por cima de todos estão a dívida pública e o capital financeiro. É nessa grande muralha que se chocam as reivindicações e a luta dos explorados.

O governo diz que se trata de greve política, motivada pelos partidários do PT, tendo a CUT como seu principal protagonista. Nada mais falso. Os governos unidos é que travam a luta política contra as greves. Nenhuma greve pode vencer porque quebraria a diretriz burguesa de proteger os interesses dos credores e de descarregar a crise sobre as costas das massas. Notem, não somente sobre as costas do funcionalismo, mas de todos os explorados.

O que falta exatamente é a luta política da maioria oprimida contra os governos da burguesia e do Estado. As direções sindicais adaptadas ao capitalismo evitam ou são incapazes de mostrar aos explorados a relação direta ou indireta que têm seus salários e empregos com a monumental dívida pública e com os interesses dos exploradores. Está aí por que não se levanta a bandeira de “não pagamento da dívida”, de seu can-

celamento pelo Estado e de investigação sobre os ganhos parasitários dos banqueiros, fundos de investimentos, etc.

Somente se entenderá o porquê de tanta violência de Richa e tanta inflexibilidade de Alckmin, se se lutar pelo não pagamento da dívida pública. Não cabem aos explorados arcar com as diretrizes econômico-financeiras dos inúmeros governos, que, uns após outros, não têm feito outra coisa senão subordinar o Orçamento da União, dos estados e municípios ao superávit primário. Nesse sentido, as greves devem responder a todas as investidas contra os assalariados.

O governo de Dilma liquida e limita direitos trabalhistas e previdenciários, como faz Beto Richa. É o caso das MPs 664 e 665 e a Lei da Terceirização 4.330. Não se deve, portanto, desvincular os ataques desfechados nos estados e municípios dos ataques federais. As direções sindicais, vinculadas ou tributárias do governo petista, certamente, passaram a viver e a expressar a contradição da política de colaboração de classes. O

Paraíba: Sintep encerra a greve contra a vontade da categoria e usa seguranças para agredir professores da base

No dia 30 de abril, em assembleia em João Pessoa, professores de várias regiões do estado foram à capital para fazer valer a vontade das assembleias regionais, que, em sua maioria, aprovaram a continuidade da greve deflagrada em 1 de abril. A assembleia ocorreu logo após a justiça decretar a greve ilegal e o governador distribuir aleatoriamente cortes salariais de R\$180 a R\$1.000. A direção burocrática do Sintep, que representa professores e funcionários, está nas mãos do PT há 30 anos, partido que é base do governador Ricardo Coutinho (PSB). Uma outra associação, a APLP, divide harmonicamente a representação sindical com o SINTEP. Ao longo da greve, esta outra entidade burocratizada fez um jogo duplo, fazendo de conta que lutava ao lado dos professores.

A categoria foi proibida de se expressar em sua assembleia. A direção, no carro de som, deu um “informe” que encerrou a greve e com menos de 5 minutos acabou com a assembleia. Revoltada, a categoria foi exigir respostas da direção sindical burocrática. Na sede do Sintep foram recepcionados por seguranças, que os agrediram violentamente. A direção ainda chamou a polícia para reprimir os professores.

Além das já deploráveis condições de trabalho, o que motivou a construção da greve, desde janeiro, foi o anúncio do reajuste de apenas 4,5% (com a promessa de mais 4,5% em outubro) para os professores, e de 1% para os técnico-administrativos. Em campanha eleitoral, o governador Ricardo Coutinho havia prometido dobrar o salário dos professores. A categoria se indignou, procurou seu sindicato e exigiu deflagração imediata da greve. Porém, a direção do SINTEP não estava disposta a canalizar o instinto de luta da categoria para uma ação unitária contra o governo. A categoria passou recentemente por uma renovação, contendo em seus quadros muitos professores novos, que não se sentem representados pelo sindicato, embora uma parcela dos professores mais antigos também esteja descontente. Diante da inércia do SINTEP formou-se, em

movimento grevista está obrigado a passar por cima dos conciliadores e constituir uma nova direção revolucionária.

É preciso que os explorados em choque com as medidas antioperárias se afirmem com todas as letras na luta política contra a burguesia e seus governos. Não foram os explorados que submeteram as contas públicas aos credores agiotes. Não são os trabalhadores que controlam a taxa Selic. Não são os trabalhadores que dirigem o Estado. Nossa resposta deve ser: Abaixo as leis que protegem os capitalistas e atacam a vida dos explorados! Que não se pague a dívida pública! E se paguem os salários necessários à vida dos trabalhadores e que garantam os direitos trabalhistas e previdenciários!

Se estes governos são incapazes de solucionar a crise do capitalismo sem descarregá-la sobre os explorados e sem impulsionar a barbárie social, então devem se derrubados do poder pela revolução proletária. Em seu lugar os pobres e oprimidos, constituirão um governo operário e camponês.

Campina Grande e em João Pessoa, um movimento de base, que procurou organizar a categoria e criar as condições político-organizativas para a greve. Nasceu, assim, o Fórum de Educação Permanente da Paraíba (FEPP).

FEPP como embrião do comando de greve

O POR participou ativamente do FEPP em Campina Grande, que congregou também membros da oposição do SINTEP (PSol), independentes e estudantes do Comando de Mobilização Estudantil da UFCG. Como se vê, foi uma frente para organizar a luta, e se baseou na mais ampla democracia. Parte do FEPP rechaçou qualquer atuação ou disputa pela direção do sindicato, alegando que todos os sindicatos são traidores e que não representam a categoria, mas apenas seus interesses próprios de burocratas. Outra parte, entre ela o POR, sem deixar de constatar o alto grau de burocratização, defendeu que não se pode confundir o sindicato com sua direção, e que os sindicatos são instrumentos necessários para a organização e luta coletivas dos trabalhadores. Defendemos que é tarefa dos professores combater a burocracia, dentro e fora do sindicato. Desse lado também estava o PSol, que organizava uma chapa de oposição para disputar as eleições, que se aproximavam. Em João Pessoa, a oposição também abarcava o PSTU e agregava setores também próximos do governismo. As eleições ocorreram em março e a situação venceu. À primeira vista, parece contraditório o fato de que exista um movimento de base contra a direção, e mesmo assim esta conseguiu vencer. Mas ocorre que esta significativa parcela de novos professores não é filiada. E não é por falta de vontade, mas porque a direção vem impedindo (com várias desculpas) sua filiação. O imposto sindical e a taxa confederativa garantem os cofres cheios, independente de filiados e de convencimento da categoria. Assim, a maioria dos votantes são aposentados, que não participam do movimento e que temem que a mudança de direção afete suas ações judiciais.

O FEPP se desenvolve e impulsiona a luta

Entre os meses de fevereiro e março, o FEPP se potenciou, passando a fazer visitas diárias às escolas, discutir a situação do magistério com a categoria, inclusive em outras cidades, expandindo sua base de atuação. Diante de seu rápido desenvolvimento, assim como do descontentamento generalizado da categoria, o SINTEP se viu obrigado a intervir, para não perder a direção do movimento e, na primeira oportunidade, sepultá-lo. Os professores passaram semanas pressionando o sindicato para que este realizasse assembleias e ouvisse a categoria. Finalmente, com a realização das assembleias, a greve, que deveria já ter sido deflagrada em fevereiro, iniciou-se em 1 de abril.

Constituição do Comando

A constituição do comando de greve foi dificultada pela direção sindical, a participação da base foi cerceada e o sindicato se recusou a se responsabilizar materialmente pelas atividades. A condução das assembleias foi marcada pelo autoritarismo. Somente a direção queria falar, ditar a pauta e decidir os encaminhamentos. Como estava claro a todos, trabalhavam contra a greve a partir de seu interior. Apesar das dificuldades, o comando de greve de Campina Grande se constituiu e puxou a luta e a mobilização na cidade. Em João Pessoa, Patos e demais cidades também a greve foi construída pela base, a despeito do sindicato. Foram realizadas passagens nas escolas, atos de rua e reuniões permanentes. Conseguiu-se o apoio massivo dos estudantes. Tudo sendo realizado com recursos próprios, pois o sindicato se recusava a custear as mobilizações. Mesmo assim, o movimento avançava, com boa repercussão e apoio entre os pais de alunos e entre as demais categorias. O comando estudantil na UFCG fez campanha financeira para apoiar o movimento e divulgou a luta junto aos estudantes universitários.

Professores-SP: Não confiar na Justiça

Enfrentar o governo Alckmin com nossos próprios métodos

O resultado da reunião de conciliação no Tribunal de Justiça já era esperado: Nada! Os representantes do governo repetiram como papagaios as ordens de Alckmin de não conceder um centavo aos professores. E, também, de não modificar a contratação dos professores da categoria "O". As liminares que são favoráveis aos grevistas, o governo rapidamente as anula. A Justiça está nas mãos do governador. Portanto, não devemos submeter a greve aos métodos judiciais. A nossa força está nas ruas, nos bloqueios e nas ocupações. Esses são os métodos genuínos dos trabalhadores.

A assembleia deve aprovar:

1. *A continuidade da greve. Mas ela depende do crescimento da participação de professores. Depois de quase dois meses de greve, é compreensível que uma parcela de professores mostre sinais de cansaço. Mas, não é hora de esmorecer. O governo endurece e o movimento tem de endurecer. Caso contrário, é derrota na certa.*

Burocracia e governo se aliam para acabar com a greve

Diante do progresso do movimento grevista, que ignorou as ameaças e não se curvou ao governo, no final de abril a greve foi decretada ilegal. Em seguida, os professores tiveram parte de seus salários cortados. Ao saber da notícia da ilegalidade e dos cortes salariais, a categoria não esmoreceu; pelo contrário, prometeu radicalizar a greve e não aceitar as mentiras do governador: a disposição de luta foi exemplar. Contudo, desgraçadamente, nesse meio tempo a direção do SINTEP foi à mídia e, contraditoriamente, após dizer que iria recorrer, afirmou que decidira por encerrar a greve. Usaram os cortes para atemorizar a categoria e até mesmo ameaçavam com demissões, quando nem o governador falou nisso. A assembleia de 30 de abril selou a traição final do Sintep, por meio do autoritarismo e da violência física.

A categoria permanece disposta a lutar

Mesmo com o fim da greve, parte da categoria permanece mobilizada. O comando de greve converteu-se em comando de mobilização. Já foram produzidos panfletos que denunciam os desmandos do governo em conluio com o sindicato. Houve um ato de repúdio ao governador durante uma reunião do orçamento participativo (um circo montado para mentir aos explorados) e há outras atividades marcadas. Certamente, os ataques ao magistério continuarão e se aprofundarão. Parcialmente, nos parece que as lições que se devem tirar dessa rica experiência é que a) a categoria deve aprofundar sua luta em torno de suas reivindicações, de forma independente, unitária e combativa; b) a tarefa de conquistar os sindicatos, transformando-os em organismos de combate é condição indispensável para a vitória da categoria; c) nenhuma ilusão nos políticos e partidos burgueses; d) a constituição do comando de mobilização é um avanço concreto para preparar os próximos combates, em unidade com estudantes, funcionários, pais e comunidade em geral.

2. *Implementar os piquetes de greve. Os comandos de greve devem se transformar em piquetes. A vitória da greve será a vitória de todos os professores (grevistas e não-grevistas). O convencimento dos professores que ainda resistem à greve chegou ao limite. É preciso fazer valer a democracia da assembleia geral, que decidiu pela continuidade do movimento. Todo professor que não acata a decisão coletiva está trabalhando pela derrota da greve. Os piquetes são métodos de defesa da greve e da democracia.*
3. *Ampliar os bloqueios de rodovias e avenidas. Esse método projeta o movimento grevista, busca o apoio dos explorados e se contrapõe às mentiras do governador.*
4. *Organizar a ocupação. Essa ação direta obriga o governo a responder as reivindicações.*

Há um grande contingente de professores que não arreda pé de mãos vazias. A nossa greve tem possibilidade de vencer. Não é hora de dar um passo atrás. É hora de enfrentar o governo com as armas do movimento, que são as ações coletivas.

Professores grevistas colocam o prefeito de Ilhabela pra correr

Os professores grevistas da Rede Estadual de São Paulo realizaram um ato público na cidade de Ilhabela/SP. O objetivo do ato era denunciar a truculência do governo que coloca professores eventuais pra substituir os grevistas e o assédio moral praticado por diretores e coordenadores, bem como para explicar a população a importância da greve. A marcha percorreu o centro da cidade e enquanto o ato passava em frente à Secretaria Municipal de Educação um militante da Corrente Proletária na Educação, demitido pela prefeitura em 2012 por motivos políticos, fez uma fala denunciando o autoritarismo da Secretaria e do prefeito Antonio Conlucci (PPS). A marcha percorreu a principal avenida da cidade e parou em frente à Balsa, onde houve panfletagem. Nesse momento, o prefeito apareceu como um coronel dono da cidade no meio do movimento perguntando o que estava acontecendo, com uma visível tentativa de provocar e intimidar os manifestantes. Um dos burocratas diretor da articulação sindical da Apeoesp agiu como um beija mão se antecipando a apertar a mão do carrasco. Simultaneamente, um camarada da corrente Proletária na Educação fez uma fala contra o prefeito dizendo que aquele era um ato dos trabalhadores e que todo e qualquer trabalhador falaria, mas não o prefeito que persegue e demite os trabalhadores que lutam. Outra camarada também fez uso da fala dizendo que o ato era contra a truculências dos governos e que

o governos não era bem vindo ali. Acuado pelos professores, o coronelzinho se viu obrigado a sair debaixo dos gritos!!

Histórico

A greve dos professores contratados da Ilhabela ocorreu em março de 2012. Na ocasião, a Prefeitura contratou os professores aplicando a jornada de um terço extraclasse em forma de HTPL (hora de trabalho livre) conforme prevê a Lei do Piso. A aplicação da lei trouxe valorização dos salários dos docentes. Depois de ter pagado o primeiro salário, a Prefeitura voltou atrás dizendo que não era possível pagar como o acordado. Os professores diante da redução salarial de mais de 600 reais decidiram responder com uma greve de dois dias. O prefeito de forma truculenta perseguiu e demitiu 4 professores, entre eles uma professora grávida. Atualmente a cidade de Ilhabela é uma das poucas cidades que aplicam a jornada extraclasse da Lei do Piso, devido à luta destemida daqueles professores que em 2012 bravamente se levantaram contra o autoritarismo e a truculência do prefeito.

O movimento grevista permite ao trabalhador quebrar os grilhões que o amarram e o colocam sob condições da exploração e submissão, e o coloca na condição de ataque aos seus carrascos do dia a dia.

Viva a greve dos professores estaduais!!

Sinpeem - São Paulo

Trabalhadores da Educação aprovam indicativo de greve para o dia 15 de maio

No dia 7 de maio, os trabalhadores em Educação do município de São Paulo fizeram o segundo ato/assembleia aberto do ano. Haviam realizado assembleia em local fechado no dia 21 de março, quando aprovou a pauta a ser entregue ao governo; em 28 de abril, ocorreu a primeira assembleia aberta, em frente à Prefeitura. A data-base da categoria é em maio. A resposta de Haddad/Chalita veio por e-mail, através de um documento relativamente extenso, com proposta sobre vários itens. A próxima assembleia, com indicativo de greve, será 15 de maio. Os trabalhadores já rejeitaram a proposta inicial da administração petista e decidiram prosseguir a luta.

Está clara a tentativa de Haddad se diferenciar de Alckmin/PSDB. Chalita/PMDB visitou escolas para “ouvir os profissionais da Educação”. Reuniu-se com as entidades nas mesas de negociação permanente e nas mesas bilaterais. Mesmo a resposta entregue antes da assembleia do dia 28 de abril, que incluía uma proposta de reajuste salarial, atendia ao mesmo intento. O que se pretende é contrastar com a intransigência peessedebista, agravada pela violência de Beto Richa, do mesmo partido, no Paraná. Os petistas querem criar uma imagem de governo “democrático”, “flexível” e “humano”. Estão de olho nas próximas eleições para a Prefeitura. Querem os votos dos professores.

A rejeição da proposta governamental pela categoria ex-

pressa uma desconfiança. Haddad propôs 10%, na forma de abono complementar, apenas para os pisos salariais (começo da carreira) e a partir de outubro. Acena com a incorporação desse abono em 2017 e 2018, em parcelas iguais. A incorporação é importante, pois faz incidir sobre toda a carreira e passa a contar para a aposentadoria e outros direitos. Propõe também aumentar em 10% o valor do PDE (Prêmio de Desempenho Educacional). Os trabalhadores discordaram, pois a incorporação tardia levará à perdas pela inflação, além de possuírem posição contrária aos bônus, querem valorização profissional, com aumento real e melhores condições de trabalho. Portanto, a isca lançada para tentar desmobilizar os mais novos na rede não funcionou.

A proposta assinada pelo Secretário da Educação, Gabriel Chalita, contém ainda colocações sobre a convocação de concursos, segurança nas escolas e outros pontos, que embora sejam importantes, foram respondidas de forma genérica e evasiva. O que significa que a artimanha das promessas vagas entrou em cena. Os trabalhadores já viram esse filme: estão fartos de declarações de intenções. No Paraná, o funcionalismo suspendeu sua greve com promessas de Beto Richa e teve de retomar o movimento diante da traição do governador, que prosseguiu com o ataque à Previdência, recorrendo depois à bárbara repressão do dia 29 de abril.

O que se vê é, portanto, que a essência das políticas de Alckmin/PSDB e Haddad/PT é a mesma. Arrocham salários, ameaçam direitos e preservam a escola pública falida. A truculência e a demagogia são faces da mesma moeda. Os governos da burguesia, pressionados pela crise internacional, aplicam a diretriz geral de tirar dos trabalhadores para dar aos parasitas do capital financeiro. O zero de Alckmin, a migalha de Haddad, a repressão de Richa, as MPs 664 e 665 e o PL 4330 fazem parte da mesma orientação, manifestam a tendência de despejar a crise sobre os ombros dos explorados.

Justamente por partir desse entendimento, de que há um alinhamento geral dos governos contra os explorados, a Corrente Proletária na Educação - POR tem se destacado nas as-

sembleias do Sinpeem pela defesa da unidade grevista, em especial com os professores da rede estadual. Apresentou propostas nas duas últimas assembleias de unificação pela base, conquistando centenas de votos. Na mesma direção, propôs pressionar a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) para que coloque em pé uma greve nacional. As condições para isso estão dadas, uma vez que a Educação em vários estados e municípios já se encontra em greve. Romper o isolamento, combatendo o corporativismo das direções burocráticas, é uma necessidade que se impõe aos trabalhadores. Somente com a ação direta, massiva e radicalizada, será possível enfrentar a ação contundente e unitária dos governos contra os trabalhadores.

Balanço do 7º CONAD Extraordinário do ANDES

Convocado para debater as “contribuições para 2º Congresso da CSP-Conlutas”, que acontecerá em junho, o Conselho Extraordinário do ANDES ocorreu em 02 e 03 de maio com uma participação pequena da base; por se tratar de um evento extraordinário, aprovado no Congresso de fevereiro, a participação limitou-se a um delegado por Seção Sindical, totalizando cerca de 130 participantes, sendo 38 delegados, algumas dezenas de observadores (64), além dos diretores da entidade.

Apesar de ter sido convocado com tema único, a partir do qual foram inscritos 11 textos de apoio, foi aberto ainda no primeiro dia, depois da Plenária de Instalação, uma plenária de análise da conjuntura, o que permitiu colocar questões para além da organização e do plano de ação para o Congresso da CSP-Conlutas. Após as plenárias, foram organizados três grupos mistos de discussão dos textos de apoio e dos textos de resolução vinculados a eles. No segundo e último dia, houve a plenária de deliberação sobre as propostas aprovadas nos grupos e a leitura e aprovação de moções, na plenária de encerramento.

Traços burocráticos na organização

Pelo tempo disponível (diferença nos calendários das Instituições de Ensino Superior) e pela CSP-Conlutas não ter expressão nacional (em alguns estados, não há intervenção dos militantes da Central), a indicação dos delegados e observadores não foi precedida por um debate nas universidades, o que revela o pouco ou quase nenhum “enraizamento” da Central nas IES pelo país. Não obstante, a diretoria do ANDES, de forma democrática, abriu para o encaminhamento de textos, o que permitiu que qualquer grupo de professores ou seções sindicais apresentassem suas “contribuições”. Assim, a Corrente Proletária pôde inscrever 4 textos que avaliavam (a) o processo de burocratização e estatização da CUT; (b) o divisionismo como efeito da reforma sindical e trabalhista do governo Lula; (c) as tarefas diante dos ataques dos governos e que tinham como eixo a defesa da unidade dos explorados sob a bandeira de “uma única central, classista e democrática” e a defesa da realização de uma plenária convocada pela CSP-Conlutas envolvendo todos os movimentos populares e sindicais (incluin-

do as Centrais) para preparar a organização da greve geral para barrar os ataques contra os empregos e os direitos.

Entretanto o aspecto democrático das “contribuições” já esbarrava na organização do evento. Na primeira plenária, de aprovação do regimento, constava que qualquer uma das resoluções (TR's) somente poderia ser encaminhada para plenária de deliberação caso obtivesse, pelo menos, 30% de votos dos delegados. Tivemos de nos opor a essa cláusula de barreira, mostrando que era antidemocrática por princípio, pois submetia os debates da plenária deliberativa, que reunia todos os delegados, às votações dos grupos mistos, organizados pela própria direção do ANDES. Além do que argumentamos que em congresso burocratizados como os dos sindicatos cutistas, a cláusula de barreira era inferior a esse percentual, sobretudo, nos sindicatos em que correntes e partidos que também compõem a direção do Andes atuam como oposições e minorias. Obviamente, integrantes do ANDES defenderam a cláusula com os mesmos argumentos dos burocratas cutistas, alegando que era um “mínimo”, que a minoria, para se estabelecer, precisa alcançar esse mínimo. Por essa lógica, a existência das minorias sindicais depende de um percentual numérico para existir e não de uma diferença programática. Essa mesma lógica que é aplicada em congressos como da CNTE, dirigida pelos cutistas, é aplicada no ANDES, filiado à Conlutas. Nos congressos da CNTE, é criticada por todas as alas oposicionistas (o que inclui PSOL e PSTU), enquanto é defendida como algo “normal” no ANDES, por militantes desses partidos. Ainda que se tratasse de um evento pequeno, com poucos delegados, o princípio democrático não foi aplicado. Não há apresentação dos textos e as TR's são remetidas diretamente para os grupos. Mesmo que suscite intenso debate nos grupos, se não alcançar os 30% não é apresentada na plenária de todos os delegados. É um traço burocrático que o ANDES carrega da estrutura sindical de todas as Centrais.

Plenária de conjuntura

Não deliberativa, a plenária serviu para que os militantes e dirigentes expusessem um quadro dos ataques mais recentes aos trabalhadores no país. De comum, havia, por parte da

direção, e sobretudo na fala dos militantes do PSTU, a defesa de organização da Greve Geral. Com exceção de duas falas, ligadas a militantes do PT, que buscaram separar o governo do “plano Levy” de ajuste fiscal, houve uma unanimidade nas críticas à política governamental, uma denúncia aos ataques sofridos pelos sindicatos oposicionistas, como o ANDES e um chamado à organização das greves nas IFEs.

Os militantes da CPE/POR não só reforçaram a compreensão das medidas de ataque, como destacaram a questão da repressão e criminalização dos movimentos, com ampliação do Estado policial e com a denúncia da Lei Antiterrorismo (projeto de lei no senado), bem como mostraram que a fragmentação e a divisão dos trabalhadores era um bloqueio objetivo na luta contra os planos e medidas dos governos. Fomos a única corrente a mostrar que o isolamento e divisão das lutas, como bem demonstrou as mobilizações em São José dos Campos nos últimos anos, no sindicato metalúrgico da CSP-Conlutas, obrigaram as direções da Central a também assinarem os mesmos acordos malditos (PDV's, layoffs, rebaixamento salarial) que os sindicatos da CUT, da Força, da CTB.

Além disso, apontamos que a unificação das lutas passava pela organização de tarefas e de reivindicações para além do caráter declarativo de “greve geral” ou “unidade dos trabalhadores”, exigindo um chamado a construir plenárias de todos os movimentos sindicais e populares, mesmo com as Centrais traidoras e governistas. Convocação que objetivava não os atos organizados pelas cúpulas, mas a construção, por meio de denúncia nas bases, de uma frente única de ação.

Grupos Mistos

A direção apresentou um encaminhamento para os três grupos: o de separar as TR's em três “tipos”: as ligadas ao plano de lutas para a Central, as vinculadas às propostas organizativas também para o congresso da CSP-Conlutas, e as relacionadas a ações do ANDES. Em virtude dessa organização, algumas propostas contidas em TR's e TR's inteiras, como uma das nossas, não foram discutidas nos grupos. Todas foram remetidas à plenária de deliberação, mas, na plenária, fez-se uma diferenciação, aquelas TR's que tiveram pelo menos uma proposta aprovada poderiam ter apreciadas as demais propostas, as que não tiveram propostas, como a nossa TR5, que era organizada em torno de uma só proposta, de um Congresso de Unificação e constituição de única central sindical, não foi votada. Não pôde ser analisada nos grupos, nem votada na plenária; sumariamente, foi excluída como “contribuição”.

As demais TR's da CPE puderam ser analisadas e votadas. Em geral, a direção já vinha com uma proposta de rejeição total, ou manutenção de apenas alguns itens, já “consensuados” no meio sindical. Assim, em nossa TR6, a direção do ANDES apontava que bandeiras como “redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários”, “estabilidade no emprego contra as demissões” já estavam contempladas pelas discussões e formulações do ANDES (seriam estranho se as-

sim não o fosse), mas rejeitaram defender o salário mínimo vital, a escala móvel das horas de trabalho, a expropriação do toda rede de ensino e de saúde privados. Segundo a direção, algumas das propostas eram “contrárias” às posições congressuais do ANDES; outras eram vagamente aceitas, mas não podiam ser defendidas. Dessa TR, apenas a defesa de “realizar uma campanha nacional de denúncia e combate à Lei Antiterrorista” foi aprovada, com modificação na redação. Aprovada nos grupos e na plenária, esperamos que a campanha se efetive em materiais, em debates nas seções sindicais e não vire letra morta.

Além das TR's já entregues, formulamos, diante da urgência da situação atual, a mesma bandeira que defendemos nos atos de Primeiro de Maio: “Que a CSP-Conlutas convoque imediatamente uma plenária unificada com todas as organizações sindicais e populares (Intersindical, CUT, CTB, MTST, MST, etc.) para preparar as condições para a greve geral, tendo como eixo a derrubada das MP's 664 e 665 e a Lei de Terceirização (PLC 30/2015) e a defesa dos empregos e dos salários com uma plataforma de luta”. Apesar de ter sido aprovada como proposta minoritária em um dos grupos, na plenária final foi, primeiramente contraposta a uma outra proposta mais geral de defesa da necessidade de construção da greve geral e, posteriormente, pela manobra do presidente do ANDES, anulada em um texto de “compatibilização” que excluía a ideia de convocação da plenária unificada. Assim, mesmo com a aprovação em um grupo não pode ser votada em sua íntegra na plenária de deliberação. Outro traço burocrático que reproduz práticas de organizações cutistas: modifica-se uma proposta e vota-se a partir de uma colocação da direção e não a partir da defesa que os proponentes da resolução fizeram. Defendemos nos grupos, defendemos na plenária, mas a proposta não foi votada, apenas a noção geral e vaga de “buscar ações unitárias” com as organizações sindicais e populares.

Plenária final, moções e organização da greve das IFE

Terminada a votação das resoluções, foram apresentadas várias moções de apoio às greves que têm ocorrido em várias regiões (professores estaduais de SP, PA, PE e municipais de Macapá). Já no primeiro dia, foi lida e divulgada uma moção de repúdio contra a ação policial do governador Beto Richa contra os servidores do Paraná. Também de repúdio foram apresentadas moções contra Reitorias, como da Federal de Santa Catarina que tem perseguido e criminalizado o movimento universitário, além da denúncia de assassinato de liderança indígena em Ilheus/BA e prisão do militante estudantil Jarlin Coca, da URUS, em Cochabamba, na Bolívia.

Ficou como tarefa organizar nas regiões a greve das Instituições Federais que estão em campanha com indicativo de greve para o fim de maio e apoiar a luta das estaduais que tem calendário de mobilização e paralisação em vários estados, com destaque para as estaduais da Bahia e do Paraná.

1º de Maio na Sé em S. Paulo

Um avanço

O 1º de Maio da Sé merece uma avaliação a parte. Distintamente dos anos anteriores, a política não foi subordinada à festa cultural. A sua organização primou pela clareza do ato contra as medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais do governo e do Congresso Nacional. Os oradores não distraíram a atenção com particularismos. Os discursos de parlamentares ditos de esquerda não tiveram vez.

Nada recordou o 1º de Maio de 2014, que concluiu exausto e disperso devido a tantas apresentações teatrais, poéticas e musicais sem nexos, disformes e destituídas de sentido. Não foi preciso montar um grande aparato (palco para apresentações). Bastou um carro de som e vontade política para expressar as reivindicações gerais, principais e estratégicas dos explorados. A passeata até a Praça da República foi ao encontro da greve dos professores paulistas que se prolongava por quase dois meses e que em frente à Secretaria da Educação montou um acampamento.

Sem dúvida, as falhas organizativas (falta de um som mais apropriado) prejudicaram um pouco. Mas é bom observar que o gigantesco palanque eletrônico do passado serviu mais à aparência de grandiosidade e à vaidade dos apresentadores do que à política da classe operária.

O que fez os organizadores mudarem? O principal motivo está na situação de crise e de ataque aberto da burguesia e do governo à vida dos explorados e às conquistas elementares. O POR sempre defendeu o 1º de Maio como uma forma de mobilizar os explorados por suas reivindicações e pela estratégia revolucionária.

As direções que se pronunciam pela independência de classe e contra o 1º de Maio dos governistas e oposicionistas burgueses não devem esquecer dos mártires que tombaram defendendo a jornada de 8 horas, os salários, os empregos e

as liberdades políticas. Os seus exemplos de firmeza e de destemor diante da ditadura de classe da burguesia devem não somente estar presentes como memória social, mas sobretudo como a chama indestrutível da luta de classe do proletariado contra os seus escravizadores.

A militância porista mais uma vez se organizou com a seriedade que a luta revolucionária exige para um 1º de Maio operário, classista, socialista e internacionalista. Está aí por que podemos fazer um balanço político afirmando que houve avanço. No ano passado, fomos obrigados a dizer com todas as letras de que os organizadores faltaram com seu dever classista e com a memória viva do nascimento do 1º de Maio, motivado pelo fuzilamento dos operários em greve e pela pena de morte imposta a quatro de seus dirigentes anarquistas de Chicago, em 1886.

É lamentável ver as esquerdas contarem a estória dos mártires da classe operária e o 1º de Maio por elas organizado não expressar uma gota sequer de seu sangue. Desta vez, de fato, o 1º de Maio da Sé se diferenciou das festividades burguesas do Vale do Anhangabaú e do Campo de Bagatelle. Cumpriu o objetivo de defender os explorados e de erguer a bandeira da independência de classe.

O 1º de Maio do ano que vem pode ser melhor organizado, agitado e propagandeado nas fábricas, bairros, escolas, etc. As reivindicações que levam os explorados à luta devem estabelecer o vínculo entre o 1º de Maio e os locais de trabalho, de moradia e de estudo. É bom que se forme um comitê aberto a todas as direções sindicais, correntes políticas e ativistas com antecedência. Que não se improvise a convocatória. Que se faça uma ampla campanha pelo 1º de Maio independente da burguesia, de seus governos e de seus agentes no movimento sindical.

Viva o 1º de Maio classista da Praça da Sé.

Pronunciamento do POR no 1º de maio em S. Paulo

O POR recorda neste 1º de maio dos operários de Chicago que lutavam há 130 anos pela jornada de oito horas de trabalho e foram brutalmente assassinados pela burguesia. Desde então, a burguesia já percebia que seu embate para manter a super exploração do trabalho é uma luta de morte contra a classe operária. Esta, por sua vez, fixou o dia 1º de maio como seu dia de luta à morte contra o capitalismo e pelo socialismo. Em vários momentos, a partir de então, o 1º de maio se organizou como dia de luta em defesa das reivindicações, dos métodos de luta e do objetivo da revolução social e do socialismo.

Em vários países, a burguesia e seus governos procuraram transformar o dia 1º de maio em dia de festa e conciliação de classes, anulando seu conteúdo de luta. Nós, do POR, rejeitamos os 1º de maio de festa e conciliação! Reafirmamos seu conteúdo de luta de classe e defesa do socialismo!

Este 1º de maio ocorre em meio a uma profunda crise capitalista. Em nível internacional, o imperialismo aumenta seu intervencionismo político, econômico e militar. Os bombardeios no Oriente Médio, na Palestina, Síria e Iraque, expressam a necessidade de maior controle do capital financeiro sobre as nações oprimidas e suas fontes de matérias-primas. As lutas que se levantam contra os ataques imperialistas e de suas coalizões

expressam a rebelião das nacionalidades oprimidas contra as nações opressoras, e devemos apoiá-las. Isso é o internacionalismo proletário, que empunhamos também aqui no 1º de maio.

No Brasil, este 1º de maio ocorre em meio a brutais ataques a direitos trabalhistas, com a votação do PL 4330 que estende a terceirização e destrói o contrato coletivo de trabalho, com a imposição das MPS 664 e 665, que atacam a pensão por morte e o salário desemprego, com as centenas de demissões na indústria, com o arrocho salarial imposto pela alta dos preços e contenção salarial.

Acontece também em meio a greves de professores em pelo menos dez estados e com centenas de manifestações que se realizaram no dia 15, contra a terceirização e corte de direitos.

Para impor a derrota aos capitalistas e aos governos, é preciso organizar imediatamente a greve geral, pela derrubada do PL 4330, das MPS 664 e 665, para conquistar a estabilidade no emprego, com a escala móvel de horas de trabalho, para conquistar um salário mínimo vital de R\$ 4.600,00 reajustado automaticamente de acordo com a inflação. Esta é a tarefa colocada neste 1º de maio: erguer esse movimento para unificar e centralizar as lutas, e derrotar os capitalistas e seus governos!

Viva o 1º de maio de luta e pelo socialismo! Abaixo o capitalismo!

Ato de preparação do 1º de Maio/SP

No dia 26 de abril, o POR realizou um ato preparatório para o 1º de Maio na sua sede, em São Paulo. O jornal Massas número 497, dedicado especialmente ao 1º de Maio, serviu de meio para as discussões. O expositor ressaltou a importância do partido em incorporar as experiências do proletariado internacional, como parte de seu programa.

O ato iniciou-se com um chamado aos presentes a dedicar o 1º de Maio aos operários que tombaram crivados de bala em frente à fábrica McCormick Harvester, em Chicago e aos seus dirigentes condenados à morte ou à prisão (perpetua ou 15 anos), em 9 de outubro de 1896.

Leu-se os nomes dos lutadores: August Spies, Adolph Fischer, Albert Parsons, Louis Lingg (receberam a pena de morte por enforcamento), Michel Schwab, Sam Fielden (prisão perpétua) e Oscar Need (15 anos de prisão). As últimas palavras de Spies, pronto para morrer com altivez de revolucionário: “Adeus, nosso silêncio será muito mais presente do que as vozes que vocês estrangulam”. De fato, esse crime da burguesia

contra o movimento operário não fez senão sedimentar a convicção de que o capitalismo está pronto, maduro e apodrecido para ser destruído e transformado em comunismo mundial.

Os presentes aplaudiram a resolução do Ato em dedicá-lo aos mártires de Chicago e a todos que tombaram lutando contra a opressão. Em seguida, passou-se à leitura coletiva do artigo do jornal Massas especial sobre a história do 1º de Maio na Rússia. Terminava a leitura de um tópico (ano de realização do 1º de Maio) e outro presente dava continuidade. Passou-se finalmente à discussão. Inúmeras foram as intervenções ressaltando a concepção marxista do 1º de Maio classista, revolucionário e internacionalista. Entre as observações, ressaltou-se a importância da direção revolucionária no combate pelo 1º de Maio proletário.

De pé, os presentes saudaram o 1º de Maio e os mártires de Chicago, de punhos cerrados, e com uma só voz - Viva o 1º de Maio Internacionalista! Viva a Revolução Proletária! Viva a construção do partido marxista-leninista-trotskista! Parte do ato foi dedicada à organização do partido na Praça da Sé.

1º de Maio no Rio de Janeiro, ato unitário, burocrático e festivo

O ato do 1º de Maio no Rio de Janeiro ocorreu na Lapa e contou com a presença de aproximadamente 700 pessoas, com pequena participação do movimento operário e popular. Teve como tema: “Em defesa dos direitos, da democracia e do combate à corrupção! Não ao PL 4330! Rumo à greve geral”. A particularidade do ato é que ele foi unitário, convocado pela CUT, CTB, CSP-Conlutas, Intersindical, Unidade Classista, SSB, MST, MTST, FIST, CMP, UNE, UEE, ANEL, Famerj, Faferj, PT, PCdoB, PSOL, PCB, PSTU, PSB e PCR.

Os organizadores primaram por dar um caráter festivo ao ato, com diversas apresentações musicais (inclusive com a presença de uma escola de samba). Para cada bloco de apresentações culturais, com de uma hora, abria-se um bloco de intervenções das entidades, que não durava mais de quinze minutos. O mais grave foi que a organização do ato negou a palavra aos professores do Estado de São Paulo que se encontram a 50 dias em greve e aos garis do Rio de Janeiro, demitidos recentemente por perseguição política! O POR também teve a palavra negada. A justificativa foi a de que a agenda já estava cheia. Evidentemente, cheia de distracionismo festivo.

As intervenções tiveram, em síntese, duas linhas: Os governistas (CUT, CTB, MST, UNE, PT, PCdoB) saíram em defesa da reforma política, da defesa da democracia e de crítica ao PL4330 (Terceirização). Defenderem fazer pressão aos parlamentares, para barrar o PL4330. Não disseram uma palavra sobre as MP's 664 e 665 do governo Dilma. Já os setores de oposição (CSP-Conlutas, Intersindical, Unidade classista, PSTU, PSOL, PCB) se colocaram contra a retirada dos direitos expressas no PL4330 e nas MP's 664 e 665. O PSTU, particularmente, colocou a necessidade da greve geral para barrar tais medidas.

O 1º de Maio no Rio de Janeiro demonstrou o que é uma

falsa unidade. Governistas, de um lado, acobertava as MPs e defendiam o governo que as impunha como parte do ajuste fiscal. Limitavam-se a criticar a Lei da Terceirização, sem nenhuma consequência prática. Faziam apologia da democracia burguesa e falseavam sobre a possibilidade de uma reforma política progressiva. Oposicionistas de esquerda, de outro, rechaçavam todas as medidas antioperárias do governo e da oposição burguesa, referindo-se à greve geral num claro sinal de palavreado. Não responsabilizaram o governo do PT e a política da burocracia a sindical cutista de abrirem caminho à ofensiva dos capitalistas contra a classe operária. A unidade que parecia progressiva se revelou oportunista e reacionária. Não tem como se constituir uma unidade quando uma das forças – no caso o PT, PCdoB, CUT e CTB – trabalha por arrastar a classe operária por trás da disputa interburguesa e para o apoio ao governo burguês de Dilma que assumiu francamente a causa do capital financeiro.

O POR atuou no 1º de Maio com seu manifesto que levanta a bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma, que defende a derrubada nas ruas da Lei da Terceirização e das MPs e que empunha o internacionalismo proletário. Está aí por que suas posições estiveram em completo choque com a falsa unidade do 1º de Maio do Rio de Janeiro. Responsabilizamos o PSTU, PSOL, CSP-Conlutas e Intersindical por montar um teatro da unidade. Essa conduta reflete perfeitamente como o centrismo oscila de um lado a outro e tende a se adaptar ao curso político traçado pela burocracia sindical dominante.

Abaixo a falsa unidade, que desvia o caminho da luta e que serve ao governo burguês de Dilma Rousseff, PT/PMDB!

Viva a unidade classista e revolucionária para derrubar as medidas antioperárias e derrotar a política de ajuste fiscal do governo petista/peemedebista!

Balanço do 1º de maio em Fortaleza

O 1º de maio em Fortaleza teve dois atos. O da CUT/CTB realizou-se na Praça da Cruz Grande (Serrinha) pela manhã. Contou com PT, Consulta Popular, Levante Popular da Juventude, PC do B entre outros. O da CSP-Conlutas/Intersindical, por sua vez, foi realizado à tarde na praia de Iracema e contou com PSTU, PSol, PCB, MTST, DCE's e até com o direitista PPL.

O ato da CUT chamou atenção, em primeiro lugar, pela mudança de local (era realizado tradicionalmente no centro da cidade) justificando em sua convocatória que a CUT agora 'deve ir aonde o povo está'. Em segundo lugar, porque os burocratas governistas se esforçaram para que seu ato de 1º de maio, sempre marcado por festividades (show com cantores), despolitização e distanciamento das bases tivesse, dessa vez, um verniz popular. A CUT precisava transformar o dia do trabalhador em uma atividade de defesa aberta do governo Dilma contra os ataques da oposição burguesa. À medida que a crise avança e o governo do PT aplica medidas de ajuste fiscal, a luta de classes ganha uma nova tensão. A CUT teme mortalmente que o PSDB a utilize para sangrar o PT e impulsione o impeachment. Mas teme igualmente que parte dos explorados se rebele e encontre uma nova direção política. Ameaçada de uma desmoralização crescente, corre em direção às massas ao mesmo tempo em que oculta seu rosto traidor e colaboracionista.

O ato da CSP-Conlutas e Intersindical ocorreu na avenida beira-mar. O local, estranho às tradições do 1º de maio por ser

covil da burguesia fortalezense, foi uma imposição da Intersindical que calculava atrair os trabalhadores para uma atividade com característica de lazer. Contou com 4 mil manifestantes, em sua maior parte servidores públicos e trabalhadores do movimento sem teto, e mostrou as possibilidades de uma ação unitária de oposição classista aos governos Roberto Cláudio, Camilo Santana e Dilma Rousseff. As bandeiras limitadas, sindicalistas e mesmo eleitoreiras não estiveram ausentes. Ficou patente a posição das correntes centrista e reformista em não ir até o fim no combate à terceirização defendendo apenas o fim da PL 4330 e não a contratação imediata e estável para todos os precarizados.

O POR interveio com uma pequena coluna de militantes e simpatizantes que defendeu através de boletins, falas e palavras de ordem as bandeiras de extinção da terceirização, incorporação de todos às suas empresas como funcionários estáveis com direitos iguais; oposição revolucionária a Dilma e necessidade de construir a GREVE GERAL contra a retirada de direitos.

O proletariado deve extrair como principal lição deste 1º de maio a necessidade de construir sua ferramenta revolucionária para sepultar a sociedade capitalista e suas crises. Tal ferramenta não é outra senão o Partido programa, assentado nos quadros revolucionários e capaz de transformar as multitudinárias lutas em choque direto pela tomada do poder.

Realizado 1º de Maio classista e de luta em Salvador

O 1º de Maio desse ano em Salvador ocorreu no contexto de profundos ataques aos trabalhadores e demais explorados do país, com o encaminhamento das MPs 664 e 665 pelo governo Dilma Rousseff (PT) ao Congresso Nacional, restringindo o acesso ao seguro desemprego e a benefícios previdenciários, além da aprovação do PL 4330/04 pela Câmara dos Deputados, que estende a terceirização a todas as atividades das empresas.

Frente às medidas antipopulares, esperava-se que houvesse um 1º de Maio unificado pelas centrais. Mas não foi o que ocorreu. A CUT, CTB, UGT e Nova Central realizaram um ato festivo no Pelourinho, apostando na despolitização e no distracionismo. Serviu para mascarar a política de conciliação de classes e o governismo, particularmente do PT e PCdoB.

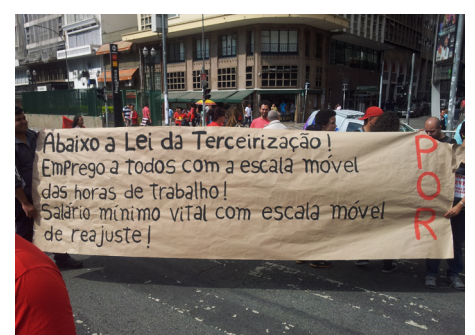
As organizações que se reivindicam do socialismo (POR, PSTU, PSol, PCB) e outras entidades organizaram um 1º de

Maio de luta e combativo na Praça Municipal, em frente à Prefeitura. O POR lançou um chamado às correntes para a realização de uma reunião de organização de um 1º de Maio classista, de luta e socialista. Participamos de uma reunião chamada pela CSP-Conlutas.

Participamos do ato com distribuição de manifesto com a defesa de constituição de uma verdadeira oposição revolucionária ao governo Dilma Rousseff (PT), a formação de uma frente única contra a destruição dos direitos e conquistas e defesa das reivindicações elementares dos explorados. O POR e a Corrente Proletária na Educação (CPE) intervieram no ato defendendo o programa proletário de defesa dos explorados e de combate por meio da ação direta (greves, manifestações, ocupações, bloqueios) a Lei de Terceirização aprovada pela Câmara e que será votada no Senado.



1º de Maio em São Paulo: banco do POR, intervenção no ato, kraft

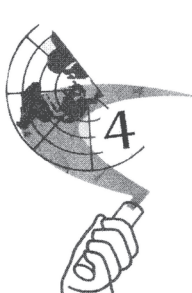


Nesta edição:

- R 1º de Maio no mundo
- 1º de Maio na Argentina: Por uma resposta operária e socialista à crise catastrófica do capitalismo
- Bolívia: Presença do POR no Primeiro de Maio
- Miséria e atraso da classe operária chilena
- CARTA ABERTA de Jarlin Coca
- História da IV Internacional / Partido Mundial da Revolução Social

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



1º de Maio no mundo

O 1º de maio é um dia de luta mundial do proletariado. Os marxistas trabalham para que em suas manifestações se expresse o internacionalismo revolucionário. A experiência demonstra que a burocracia sindical, os reformistas e os revisionistas procuram deformar o 1º de maio, dando-lhe um caráter puramente nacional e festivo. Onde está presente a política do proletariado, no entanto, trava-se uma luta contra os desvios burgueses e pequeno-burgueses. É nesse sentido que damos importância ao 1º de maio em suas múltiplas ocorrências em vários países. Concentramos nossa análise nos lugares em que se apresentaram de forma mais precisa as contradições entre a política proletária e a burguesa.

Europa

Na França, as manifestações convocadas pela CGT, UNAS, FSU e *Solidaires* reuniram 90 mil pessoas. A FO realizou o 1º de maio no *Muro dos Federados* (Paris) e fez uma homenagem à Comuna de 1871. A CFDT, ligada ao Partido Socialista (PS), não mobilizou. A divisão em si é um reflexo do controle burocrático que ainda persiste no movimento operário francês. Nessas condições, foi possível à Frente Nacional de Marine Le Pen (direitista) organizar seu próprio ato. Assim, o 1º de Maio na França demonstrou o profundo bloqueio político ao proletariado e a impossibilidade de se manifestar nas ruas com independência e com bandeiras próprias.

Na Espanha, milhares de participantes e mais de 80 manifestações tomaram as ruas das cidades. As palavras de ordem exigiam aumento real de salários, defesa dos empregos e uma renda mínima. Jaime Cedrún, secretário geral das Comissões Operárias (CCOO), criticou a “política de austeridade”. Cândido Méndez, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), assinou: “*este deve ser o ano das mudanças nas políticas econômicas e sociais*”. Porém, as manifestações foram encaminhadas não para a luta pelas reivindicações levantadas, mas para as próximas eleições, que se realizarão no final de maio. É o que expressou Cedrún: “*temos esperanças neste mês de maio*” de que “*os partidos que concorrem às eleições devem ter o compromisso de restituir os direitos trabalhistas, recuperar o salário digno e criar empregos de qualidade*”. É evidente a demagogia eleitoral voltada a alimentar as ilusões democráticas das massas. Os ataques desfechados pelo Partido Popular (PP) à vida dos explorados favorecem à oposição eleitoral burguesa e pequeno-burguesa. Eis por que o Podemos ganha audiência e o Partido Socialista Espanhol

(PSOE) pôde comparecer nos atos sem ser rejeitado.

Na Inglaterra, *Occupy Democracy* (Ocupação Democrática) mobilizou para o Parlamento (Westminster) pela “*democracia genuína e livre do controle do dinheiro e do poder corporativos*”. Esse movimento se forjou visando a ganhar os espaços públicos para as “*ações diretas pacíficas*”. Como na Espanha, sua mobilização coincide com as campanhas para as eleições legislativas.

Na Grécia, sindicatos, populares, estudantes e o Partido Comunista da Grécia (KKE) se mobilizaram contra o governo de Syriza e os acordos assinados com os credores da dívida pública. No entanto, evidenciou-se o retrocesso sofrido pelas massas no último período. O ato deste ano não conseguiu expressar a força social e caráter massivo dos anos passados, isto é, quando as massas se projetavam com os métodos da ação direta, combatiam os governos do ND/Pasok e se chocavam com o Estado burguês. Com o triunfo eleitoral de Syriza e a constituição de um governo considerado como seu pelas massas, a pequena burguesia democratizante desarmou os oprimidos e bloqueou a projeção política da luta do proletariado contra o capitalismo. Assim, o ato de 1º de Maio refletiu a paralisia das massas.

Na Alemanha, os atos foram minoritários e demonstraram o violento retrocesso do importante destacamento do proletariado europeu. Não refletiram as tendências grevistas, que se verificam nos setores dos ferroviários, bancários, pilotos, saúde e educação. Até o presente momento, continua a greve geral dos maquinistas da Deutsche Bahn AG, empresa ferroviária estatal. Os assalariados se veem obrigados a recorrer ao método da ação direta para defender os salários e os empregos. O fato da classe operária alemã não se utilizar do 1º de maio para levantar suas bandeiras permitiu que grupos nazistas e xenófobos atacassem a manifestação de sindicatos, partidos reformistas e de esquerda, como ocorreu em Weimar.

Na Turquia, as manifestações do *Dia do Trabalho e a Solidariedade* (como são chamadas) acabaram em confrontos com a polícia. Milhares de trabalhadores e estudantes tentaram chegar à Praça Taksim, fechada às manifestações por decreto do prefeito de Istambul. Os massivos protestos de 2013 contra as medidas repressivas do governo de Erdogan fizeram da praça o centro político das manifestações. Está aí por que, no 1º de maio, 20 mil policiais foram mobilizados para impedir os manifestantes de tomar a praça. O fato, mais uma vez, evidenciou

o Estado policial vigente na Turquia.

América Latina

Em Cuba, como em 2014, o ato foi encabeçado por Raul Castro e Nicolás Maduro. Mais de 300 mil trabalhadores, camponeses, estudantes e militares marcharam. Porém, diferentemente de 2014, quando as palavras de ordem exigiam o fim do bloqueio econômico e da opressão imperialista na América Latina, este ano destacou-se a *“unidade na construção do socialismo”*. As consignas *“anti-imperialistas”* estiveram ausentes. Desta vez, o oficialismo castrista refletiu o reatamento das relações diplomáticas com os Estados Unidos. O 1º de Maio na ilha, assim, esteve de acordo com o curso da restauração capitalista. A bandeira de *“unidade pelo socialismo”* serviu de verniz ideológico à unidade burocrática, pró-restauração.

No Chile, em 2014, a mobilização de 1º de Maio destacou as reivindicações econômicas e sociais: fim da educação privada, a constituição de uma educação pública e gratuita para todos e em todos os níveis, o aumento dos salários e o fim da repressão política e social. Desta vez, o ato encabeçado pela CUT dirigiu-se ao governo pedindo-lhe que impulsionasse a Reforma da Constituição. A burocracia estalinista manipulou o ato de mais de 100 mil pessoas em função das manobras parlamentares realizadas pelos partidos da ordem burguesa. Operou-se uma virada das reivindicações próprias das massas para as disputas interburguesas.

No México, os principais sindicatos do país se mobilizaram, exigindo melhores salários, controle de preços, preservação da Previdência social e melhoria no atendimento médico dos assalariados. Outros setores, ligados aos sindicatos de oposição, realizaram manifestações junto aos familiares dos 43 estudan-

tes de Ayotzinapa, assassinados pela burguesia narcotraficante. Melitón Ortega, representando os familiares na mobilização no Zócalo (centro histórico da capital México), chamou ao boicote das eleições gerais de junho: *“Não lhe daremos o voto à gente que nos pisoteia e nos humilha”*. As lideranças sindicais chamaram à luta contra as reformas no setor público de energia, educação e saúde. A liderança do Sindicato Mexicano de Eletricitários encerrou o ato chamando à unidade da oposição contra as reformas e pelo boicote às eleições.

Preparar-se para o combate

O que ocorre no 1º de Maio mundial, até onde podemos saber e entender, tem muita importância para avaliarmos as tendências de luta e o papel das direções sindicais e políticas. Apesar do pouco alcance de nossas informações, notamos que neste 1º de Maio as festividades burguesas não tiveram terreno propício. Em toda a parte, os capitalistas e seus governos estão atacando os salários, os empregos e antigas conquistas sociais. Não se trata de uma particularidade deste ou daquele país, mas sim de um fenômeno geral. É claro que enquanto o proletariado e a pequena burguesia oprimida estiverem sob a direção da burocracia sindical pró-capitalista, o 1º de Maio sofrerá toda sorte de deformações e desvios. No entanto, a luta de classes, determinada pela situação de crise, se choca com os aparatos de contenção.

A tarefa dos marxistas é de se apoiar nas contradições objetivas e traduzi-las por meio do programa da revolução proletária. Defender a fundo as reivindicações que unificam os explorados contra a burguesia e seu Estado. Nesse sentido, o 1º de Maio é de grande importância.

1º de Maio na Argentina: Por uma resposta operária e socialista à crise catastrófica do capitalismo

Não há outra via a não ser a revolução social para acabar com toda sua podridão

A crise mundial, que já tem alguns anos, não se acaba. Pelo contrário, se estende e se agrava. Os países imperialistas não conseguem sair da recessão. A China, que é uma das principais locomotivas da economia mundial reduz seu crescimento. Cresce o endividamento insuportável da maioria das nações que sofrem, por esta via, um confisco crescente de seus recursos, alguns dos quais estão à beira da quebra. Os países imperialistas e também a China estão em competição desesperada para se apoderar dos recursos naturais das semicolônias, para abastecer suas economias e para impedir que outro país possa controlá-los, causando todo tipo de estragos. As matérias-primas, principal fonte de recurso das semicolônias, tiveram forte queda em seus preços internacionais, agravando a situação de suas economias.

A massa de desempregados já está acima dos 260 milhões de trabalhadores no mundo. Dezenas e dezenas de milhares procuram migrar para a Europa ou Estados Unidos, arriscando suas vidas, centenas deles morrem nas águas do Mediterrâneo, milhares são expulsos, centenas de milhares são empurrados para a marginalidade. A juventude é especialmente afetada por estas políticas. A burguesia avança contra os direitos tra-

balhistas e as conquistas sociais das massas em todo o mundo para descarregar sobre elas sua crise.

Os planos de salvação econômica das potências têm se dirigido a resgatar os mais ricos, os bancos e empresas mais poderosas, e se pode ver como eles em meio à crise se tornaram ainda mais ricos e poderosos. Os Estados estão em suas mãos, aplicam as políticas que eles ditam. O processo de desintegração capitalista se acentua.

O imperialismo aumenta sua intervenção militar, principalmente no Oriente Médio, através de bombardeios, ocupação militar, armamento de frações burguesas aliadas, para esmagar qualquer forma de resistência ou levante das massas. Os métodos mais sangrentos são aplicados para submeter povos inteiros. Aqueles que se levantam contra a opressão imperialista são acusados de terroristas, demonizados, para justificar sua perseguição e repressão com qualquer método. Hoje, o *“eixo do mal”* está concentrado no Estado Islâmico, nos jihadistas, e em toda manifestação muçulmana radicalizada. Os EUA estão enviando um poderoso porta-aviões ao sul do mar da Arábia, onde já se encontram 9 barcos de guerra para impedir que chegue armamento aos

rebeldes hutis no Iêmen e para reforçar os ataques contra suas posições.

Situações de fome, miséria, desemprego, combinadas com obstáculos para o acesso à aposentadoria, à moradia, à saúde e à educação, também se estendem dentro dos países imperialistas.

As forças produtivas da humanidade se desenvolveram tanto que existem as condições materiais para garantir as condições de vida de todos os habitantes da Terra. O grande problema é que essas forças produtivas se encontram cada vez mais concentradas em menos mãos capitalistas e limitadas pelas fronteiras nacionais. Objetivamente, existe um choque entre essas forças produtivas que necessitam de libertar-se e as relações de produção. Para libertar as forças produtivas é imprescindível romper com o imperialismo, com os grandes capitalistas, transformar a propriedade privada concentrada em propriedade social (de todos em geral e de ninguém em particular).

As massas se rebelam como podem, com as direções sindicais e políticas que têm, e apelam a métodos radicalizados de protesto, mas geralmente acabam esgotando suas forças frente aos parlamentos, buscando leis que limitem os ataques, confiando em governos conciliadores, reformistas, outras vezes seguindo direções nacionalistas, ou religiosas que as levam a guerras civis ou enfrentamentos deformados que impedem golpear o coração da grande propriedade. Em todos os casos, aparece ausente ou extremadamente débil a direção revolucionária, aquela que encarne a política revolucionária do proletariado e que dirija todas as ações para a tomada do poder, derrubando os grandes capitais, as oligarquias locais, o imperialismo. Como produtos da decomposição, fortalecem-se correntes fascistas de todo o tipo.

O dano que fez o estalinismo ao movimento operário internacional é descomunal, perseguindo e exterminando grande parte da vanguarda revolucionária, liquidando a III Internacional, estabelecendo as bases para a restauração capitalista em nome do “socialismo em um só país”, a “revolução por etapas”, a “coexistência pacífica”, etc. É o responsável pelos retrocessos das revoluções, reintroduzindo as relações capitalistas nos países onde havia sido expropriado, dando fôlego ao capitalismo em decomposição.

A isso se somam as políticas da socialdemocracia e os nacionalismos que tratam de impedir que a classe operária levante a cabeça com sua política própria. As correntes centristas e revisionistas que destruíram a IV Internacional também deram sua contribuição ao bloqueio da tarefa de construção da direção revolucionária internacional, uns seguindo o castroguetarismo, outros se tornando pacifistas e eleitoralistas. Todos se afastaram da estratégia revolucionária da classe operária.

As revoluções operárias triunfantes no século passado demonstraram que a classe operária se encontra em condições de tomar o poder e organizar a sociedade sobre outras bases. Os processos de restauração capitalista mostram o fracasso do estalinismo, de suas concepções nacionalistas, do “socialismo em um só país”. E levam ao desastre a Revolução Cubana, cujos dirigentes durante tantos anos alimentaram a ilusão nas burguesias nacionais latino-americanas, nas vias pacíficas ao so-

cialismo, como em outra época também em relação ao foquismo pequeno burguês. O capitalismo também mostrou que, em sua agonia, empurra a sociedade para a barbárie, retrocede brutalmente, de crise em crise, e sua sobrevivência ameaça toda a sociedade com mais guerras, fome, perseguições, miséria, desemprego e corrupção. As teses do marxismo-leninismo-trotskismo se verificaram corretas.

A Conferência Internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, (Cerqui) realizada em princípios de abril, abordou todas estas questões e fez um chamado à vanguarda proletária à tarefa de construir partidos revolucionários, marxistas-leninistas-trotskistas, no seio do proletariado, em cada país, como parte da Internacional, apoiados nas conquistas programáticas dos primeiros 4 Congressos da III Internacional e no Programa de fundação da IV Internacional. É necessário partir das reivindicações que mobilizam as massas, para ajudar a sua organização independente, para projetar suas lutas à tomada do poder pela classe operária - a única classe que pode libertar todos os oprimidos, ao mesmo tempo em que se liberta a si própria de todas as correntes que a escravizam.

A independência de classe da classe operária se expressa em seu partido revolucionário, naquele que levante a estratégia da revolução e ditadura proletárias, que na Argentina é o **POR**, que hoje intervém nos processos eleitorais fazendo propaganda com estas ideias, combatendo ideologicamente os candidatos capitalistas e também o eleitoralismo da esquerda. A revolução social é a via para acabar com a podridão capitalista.

- ✓ *Pela autodeterminação nacional, rechaçar toda ingerência do imperialismo nas nações,*
- ✓ *Pela expropriação e expulsão do imperialismo, recuperar todos os recursos, desconhecer e deixar de pagar as dívidas externas,*
- ✓ *Pelo salário mínimo vital, que proteja os aposentados,*
- ✓ *Pela divisão de todas as horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem diminuir o salário (escala móvel das horas de trabalho)*
- ✓ *Organizar tribunais populares apoiados nos movimentos de massas para punir todos os crimes da burguesia contra os movimentos populares,*
- ✓ *Recuperar todas as organizações de massa, expulsando os burocratas que as usurpam,*
- ✓ *Confiar exclusivamente nos métodos de ação direta das massas. Nenhuma confiança na democracia burguesa, nos parlamentos e suas leis.*

PELO GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS (DITADURA DO PROLETARIADO)

VIVA O SOCIALISMO, VIVA O COMUNISMO



**Comitê de Enlace pela Reconstrução da
IV Internacional (Cerqui)**

Bolívia: Presença do POR no Primeiro de Maio

Enquanto a burocracia da COB, cúmplice dos decretos antioperários que “comemorando o Dia do Trabalhador” projetou cinicamente o governo, desapareceu do cenário, incapaz de dar as caras diante de tamanho servilismo, surpreendeu em todo o país a forte presença do POR, que incorporou trabalhadores que estão sendo vítimas da política antioperária do governo

As imagens mostram a presença dos poristas nas marchas de La Paz, Cochabamba, Sucre, Santa Cruz e Neuquen, na Argentina



Chile:

Miséria e atraso da classe operária chilena

O Chile se caracteriza economicamente como um dos países mais desiguais da América e com maior atraso e miséria, antes foi considerado como o jaguar da América Latina. Quem melhor nos vendeu o emplasto foi M. Bachelet, quando nos colocou na OCDE, em seu primeiro mandato. A grande deterioração econômica das massas populares se agudiza pelas constantes catástrofes naturais e, principalmente, pela falta de previsão das autoridades estatais. Fato esse que não diz respeito apenas a esse governo, o que, portanto, o coloca como um problema de Estado. A raiz mais profunda de sua causa se encontra na crise estrutural do sistema capitalista. Por isso, não podemos esperar soluções das várias comissões que foram criadas pelo governo. Entre elas, a última constituída para acabar com a corrupção. Querem nos fazer crer que a improbidade e o descalabro do sistema capitalista podem se resolver por meio de “boas intenções”, que não são mais do que falsas promessas, objetivando submeter ainda mais massas já empobrecidas pelo sistema. As catástrofes desses últimos anos, como têm sido a destruição da pequena agricultura e da mineração da zona do Huasco, onde obrigatoriamente, por falta de recursos, a população que ali vive a realiza em condições de grande contaminação. Desde o início da grande mineração do cobre

até hoje, os restos de minérios eram depositados nos leitos dos rios, tanto no Rio Branco como no Tocopilla, gerando graves problemas de saúde aos habitantes, que além disso perdiam seus postos de trabalho.

Quando se valem dos artifícios fiscais, como são as pseudo reformas, trabalhistas e educacionais e constitucionais, não são mais do que meros engodos para lavar a cara de todos os partidos e políticos burgueses, desde a UDI ao estalinista Partido Comunista, passando pelos independentes, que são outro tipo de ilusão para as massas. Até o Procurador Mendonça reconhece que a sociedade chilena está enraivecida com a política burguesa. As camadas mais afetadas, especialmente a juventude e os maiores de idade, são aqueles que com míseras pensões sobrevivem na região da Araucanía, onde os mapuche se revoltam contra a barbárie que os esmaga. O Estado Nacional responde militarizando e levando adiante a mais brutal repressão contra esse povo. A outra medida do governo é decretar “estado de sítio” nas zonas de catástrofes, com tem ocorrido no norte mineiro e, agora, no desastre provocado pelo Vulcão Calbuco. É absurda tal medida, quando as lavas quase que derretem os capacetes das forças repressivas. Este “estado de sítio” é jocoso. Na realidade, o objetivo principal por parte dos go-

vernos é o de sufocar qualquer ameaça de explosão social nas regiões urbanas, tal como ocorreu em Porto Montt e outras.

Este cenário é o que marca a débil classe operária chilena, que tem visto suas organizações e sua independência sendo destruídas pelas políticas contrarrevolucionárias e frente populistas do estalinismo. Essa tragédia herdamos da frente popular, chamada de Unidade Popular, dirigida por Allende, o Partido Socialista e pelo Partido Comunista. Hoje esses partidos estão marcados pelas suas adaptações à institucionalidade pinochetista e, por sua vez, financiados pelo genro de Pinochet, o tristemente conhecido, Ponce Leroux, não tendo nenhum asco em aceitar e justificar o que foi feito o ex-ministro do primeiro mandato de Bachelet, o ex-ministro da defesa Sr. Francisco Vidal, espécies desse tipo são militantes do indevidamente chamado Partido Socialista, hoje liderado por Isabel Allende Bussi, digna filha de seu pai.

A brutal ofensiva levada a cabo pela burguesia nacional contra o movimento operário se explica pela falta do Partido Operário Revolucionário, que é a expressão consciente de seu instinto comunista e revolucionário, cuja finalidade histórica é destruir o sistema capitalista decadente e apodrecido, acobertado pela putrefata burocracia estalinista e socialdemocrata, que se mantém artificialmente sobre as costas dos trabalha-

dores nacionais. Estas correntes, financiadas pelo Estado de forma direta pelos empresários, como Leonardo Farkas, e indiretamente por empresas que serviram ao extermínio da vanguarda operária e de nossa economia depois de 1973, como é o caso da Soquimich, Empresa de Papel e Papelão, Coloso e agora Penta e as tristemente conhecidas Empresas Cascada, etc., são a causa da debilidade do movimento operário. Traído por burocratas como Barbará Figueroa – cuja remuneração é de 3 milhões e meio de pesos –, que desvia a pequena burguesia, como é o caso dos trabalhadores da saúde, educação, os camponeses, pescadores artesanais, pequenos comerciantes, etc., a seguir pelo reformismo estalinista, o anarquismo e inclusive a posições fascistoides.

O único caminho imprescindível e necessário é a construção do Partido Operário Revolucionário, parte integrante do Partido Mundial da Revolução Socialista, cujo embrião é o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CER-QUI). Hoje somos um núcleo de militantes que mantém uma conduta inalterável há mais de 40 anos e manteremos até alcançar o objetivo final.

(Extraído do Boletim Especial do jornal Luta Operária, “Por um 1º de Maio classista e revolucionário”)

CARTA ABERTA de Jarlin Coca **De dentro do Centro Penitenciário “San Sebastián Masculino”**

Jarlin Coca Orozco, dirigente universitário da FUL UMSS, detido em 22 de abril de 2015 em uma operação policial planejada pelo Ministério de Governo, em coordenação com autoridades universitárias.

Companheiro(a) universitário(a):

Escrevo estas necessárias linhas, consciente de que sua divulgação terá consequências, das quais assumo a responsabilidade, tanto em nível penal como fora dele.

Pelos antecedentes de minha prisão e descarada falsificação, montadas pela Polícia junto ao Ministério Público, com a conivência do Reitor, para armar um falso delito, me declaro PRESO POLÍTICO e perseguido em minha condição de dirigente por defender a universidade da voracidade da reação e do próprio governo do MAS.

Está absolutamente demonstrada, legal, acadêmica e moralmente, a justeza de nossa luta: O DOCENTE INTERINO DEVE PRESTAR EXAME PARA SER TITULAR, Cochabamba e Bolívia nos respaldam. A titulação por “Decreto” conta com a condenação social generalizada, que nem mesmo o governo pode afrontar, mas o faz indiretamente com minha prisão e liberando os delinquentes que apunhalaram estudantes.

Mas, apesar de que o mundo nos respalde e a condenação geral que pesa sobre o Sr. Waldo Jiménez e Juan Ríos, não retrocedem e ainda endurecem suas posições, a ponto de que são capazes de cancelar o semestre, para defender seus interesses políticos.

Inteirei-me, pelos meios de comunicação, que ofereceram minha liberdade em troca de suspender a mobilização e de aceitar a titulação por decreto, sem exame. Frente à semelhante chantagem absurda, própria de quem pode vender a mãe ou sua dignidade, por benefício pessoal, devemos responder: A LUTA É PELO FUTURO DA JUVENTUDE, PELO

DIREITO DE NOSSOS IRMÃOS A TER UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE e, portanto, o exame de competência é inegociável.

Assumo o cárcere, a perseguição sistemática e todos os sacrifícios que implicam minha detenção, estando consciente de todas as suas consequências e coloco como responsável por minha vida, no caso de que me aconteça algo, o senhor Waldo Jiménez e o governo do MAS. Eles, os defensores da medíocre resolução de titulação sem exame ESTÃO SÓS e só lhes resta prolongar o conflito para que o desespero estudantil pela aprovação lhes permita consolidar seu abuso.

As autoridades do CEUB e as instituições de toda Cochabamba propuseram vários caminhos para resolver o conflito universitário, como referendo, congresso institucional, assembleia docente estudantil, mas todas elas foram rechaçadas pelas autoridades universitárias, que claramente buscam evitar qualquer canal de manifestação das bases docentes e estudantis. E, nas últimas horas a Conferência Nacional de Universidades, máxima instância nacional do sistema universitário, emitiu uma resolução declarando que a titulação sem exame em San Simón está fora de norma, ou seja, que é ilegal.

Que devemos fazer? É fundamental manter a unidade e a mobilização permanente nas ruas, frente a sua estratégia do cansaço; devemos concluir nosso congresso estudantil, aprovando resoluções fundamentais para a reforma universitária e, a partir de seus resultados, transformarmos desde os alicerces nossa universidade, para que ela esteja a serviço do povo e não de um grupo de privilegiados, devemos ser conscientes do gigantesco apoio social que temos e da debilidade

de nossos inimigos, que hoje são cadáveres políticos.

Finalmente, quero manifestar um breve parágrafo a minha mãe que acaba de sair da terapia intensiva, causada pela silicose pulmonar (mal de mina) e diabetes, a ela que entregou sua vida inteira no magistério para a formação de centenas de bacharéis e que em todos os seus momentos se submeteu a exames para ascender na categoria, hoje desde o cárcere me sinto orgulhoso de minha mãe. À minha esposa e meus queridos filhos, digo-lhes que não me envergonho de entrar no cárcere, pois aqui aprendi que não existe justiça neste país e que muita gente inocente está presa, quando os verdadeiros delinquentes

que destroem nosso futuro andam livres com títulos de reitores, fiscais e juízes, logo estarei com vocês.

Companheiros, força, força, nossa luta é pelo futuro da juventude, minha vida ou a prisão é um custo mínimo para defendê-la.

A PRISÃO NÃO NOS CALARÁ!

FORÇA, FORÇA COMPANHEIROS, QUE A LUTA É DURA, MAS VENCEREMOS!

ELES ESTÃO SOZINHOS, A NÓS O MUNDO RESPALDA!

San Sebastián, 7 de Maio de 2015

Participe da campanha pela libertação do Jarlin Coca. Divulgue o abaixo-assinado pela sua libertação (abaixo). Encaminhe cópias assinadas ao Consulado boliviano e ao Governo boliviano.

Moção de repúdio à prisão do dirigente estudantil boliviano Jarlin Coca

No dia 24 de abril de 2015, o dirigente estudantil da Federação Universitária Local da Universidad Mayor de San Simon, de Cochabamba, foi sentenciado a 3 anos e 6 meses de prisão acusado, sem provas, de ferir um policial.

A condenação refere-se a uma manifestação contra a indicação política de docentes para a universidade, em defesa de uma educação pública, gratuita, científica e autônoma. Na mesma manifestação mais seis estudantes foram presos e houve feridos graves.

A prisão de Jarlin Coca revela a repressão política por parte do governo Evo Morales.

Exigimos a libertação imediata de Jarlin Coca e o fim dos processos políticos.



Campanha pela libertação de Jarlin Coca em várias cidades na Bolívia. Estudantes fazem greve de fome, se autocrucificam e tomam outras medidas de luta

História da IV Internacional

Publicaremos documentos que sirvam ao conhecimento da classe operária e de sua vanguarda sobre as razões históricas e os fundamentos programáticos que levaram a Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Leon Trotsky, a fundar a IV Internacional, em 1938. Nosso objetivo é o de reconstruí-la, uma vez que se desintegrou na década de 1950-60 sob a política do revisionismo. Para isso, o POR integra o Comitê de Enlace juntamente com as seções da Bolívia e da Argentina.

Partido Mundial da Revolução Socialista

14 de julho de 1935 – Leon Trotsky

Ao Secretariado Internacional

Queridos camaradas:

1. Devemos dar um nome a nossa Internacional. “Quarta” é apenas um número, não um nome. Não a podemos chamar Socialista nem Comunista, porque os dois nomes já estão sob posse e muito desgastados. Certamente, no futuro, devolveremos a palavra “comunismo”, a bandeira de Marx e Lênin, toda sua honra. No momento, não podemos utilizá-la. “Socialista revolucionário” tampouco significa grande coisa, porque é um rótulo por trás do qual podem os centristas se ocultarem. Parece-me que o único nome apropriado para nossa Internacional é *Partido Mundial da Revolução Socialista*. Este nome tem o grande mérito de caracterizar, claramente e sem ambiguidades, a tarefa histórica de nossa época, justificando assim a existência da nova internacional. A Segunda Internacional geme sobre as ruínas do capitalismo. A Terceira é um instrumento para manter o regime da burocracia soviética. A Quarta é o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Com o tempo, nossas seções poderão adotar este nome, pelo menos como marca. Por exemplo: “Partido Operário dos Estados Unidos da América (seção norte-americana do Partido Mundial da Revolução Social)”.

Seria completamente errôneo repetir que a revolução social não é a tarefa única e exclusiva do movimento operário, uma vez que todas as lutas deste período devem ser adaptadas às necessidades da revolução social e o nome do partido deve indicar qual é sua tarefa principal. Seria ainda mais errôneo dizer que o nome poderia assustar as “massas”. Seria um argumento clássico dos centristas. A revolução não é uma perspectiva histórica, mas a tarefa do momento. Nossa orientação consiste precisamente em chamar esta tarefa histórica pelo seu nome. O nome

deve corresponder ao pensamento e à imaginação das massas e, por sua vez, diferenciá-las claramente das demais organizações.

O problema do nome se reveste de grande importância. Portanto, é necessário elegê-lo com todo o cuidado e com a maior unanimidade possível. É absolutamente necessário que todas as seções coloquem este problema na ordem do dia de suas reuniões e o discutam. Ao mesmo tempo, deve-se informar todas as seções sobre as demais propostas, de maneira que possamos estabelecer o nome de uma nova internacional por referendo; digamos, para meados de setembro. Acredito que se poderia realizar reuniões públicas para discutir este tema. Nossos propagandistas podiam expor com seriedade os motivos do nome e depois os presentes votariam. Desta maneira, setores mais amplos se considerariam co-fundadores da nova Internacional.

2. Pode-se supor que Moscou esteja preparando um novo amálgama para fortalecer a anterior e conseguir novas vítimas. É absolutamente necessário que nossa imprensa trate do problema. Também seria bom redigir um memorando

explicativo para a imprensa operária mundial. O último número de *Rundschau* contém muitas informações a respeito. O camarada Parabellum poderia utilizar a imprensa russa para esse memorando, que então poderia ser publicado em nome do SI (Secretariado Internacional).

nal, nota do tradutor).

3. Em relação ao assunto do Conselho Geral: os conselheiros de cada cidade formam um comitê de ação que, naturalmente, não têm poder de decisão, mas que poderia ser de grande ajuda nesse sentido. O eixo central seria os conselheiros parisienses, que poderiam desempenhar um papel importante com uma colaboração regular com o Secretariado de Amsterdã.

(Extraído da obra *Escritos*, Leon Trotsky, tomo VII, vol.1)

